UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ANDREZA DAVIDIAN

**A EVOLUÇÃO DO PT PAULISTA:
UMA ABORDAGEM SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO
E SEU DESENVOLVIMENTO ELEITORAL NO ESTADO**

Versão corrigida

SÃO PAULO

2013

ANDREZA DAVIDIAN

A EVOLUÇÃO DO PT PAULISTA:

UMA ABORDAGEM SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO E SEU DESENVOLVIMENTO ELEITORAL NO ESTADO

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Ciência Política.

de acordo com

Orientador: Prof. Dr. Fernando de Magalhães
Papaterra Limongi

SÃO PAULO

2013

ANDREZA DAVIDIAN

**A EVOLUÇÃO DO PT PAULISTA:
UMA ABORDAGEM SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO
E SEU DESENVOLVIMENTO ELEITORAL NO ESTADO**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Fernando de Magalhães
Papaterra Limongi

SÃO PAULO

2013

Nome: DAVIDIAN, Andreza

Título: A Evolução do PT Paulista: Uma abordagem sobre a organização do partido e seu desenvolvimento eleitoral no estado.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

À Elizabeth e ao Sérgio

AGRADECIMENTOS

Numa das tantas conversas fraternas de reflexão sobre a atividade acadêmica, tão fundamentais para dar fôlego e atualizar o sentido coletivo daquilo que se faz, certa vez me chamaram atenção para o caráter terapêutico do processo de elaboração da dissertação. Os resultados finais são muito modestos se comparados a todo aprendizado envolvido quando se tem que organizar e dar corpo a algo que se desenvolve de maneira pouco linear, numa sucessão de avanços e desconstruções e, sobretudo, carregado das inseguranças que permeiam o ato de entregar ao “mundo” algo autoral. Sendo assim, uma das partes mais intensas do processo talvez seja escrever esses agradecimentos, que antes de mais nada são um exercício de retrospectiva sobre tudo que me conduziu até aqui.

Ao Professor Fernando Limongi, meu orientador, que em toda sua despretensão talvez não tenha dimensão da referência que é não só para mim, mas para todo o grupo de pesquisadores que se organizou ao seu redor. Sua seriedade intelectual e seu compromisso com o avanço de uma agenda de pesquisa são louváveis. Agradeço a acolhida, que me proporcionou uma experiência ímpar como pesquisadora, e a excelente interlocução, sempre estimulante pela sagacidade do Professor. Agradeço também pelo senso de humor, surpreendentemente reconfortante por vezes.

Lara Mesquita e Andréa Freitas, o espaço é pequeno para expressar minha gratidão profissional e, sobretudo, pessoal. Ambas foram peças fundamentais para a construção do grupo que temos hoje. Agradeço por me abrirem as portas, pela generosidade e paciência sem tamanho, a que devo minha formação. Lara, me orgulho de tê-la hoje como conselheira e amiga. Andréa, sua doação absoluta e paixão pelo que faz forneceram a inspiração necessária em momentos cruciais da minha trajetória acadêmica. Sua sensibilidade e ternura fizeram de você, inúmeras vezes, uma mãe. Agradeço profundamente às duas pela confiança e pelo incentivo constantes.

Aos jovens pesquisadores do CEM/Cebrap, e agora também Neci. Ao Sérgio, agradeço pelo convívio dos primeiros anos, nos quais cultivei admiração intelectual e muito carinho. Aos meninos do subsolo, com quem tive o enorme prazer de experimentar que a cooperação e o trabalho coletivo desafiam os paradigmas da racionalidade instrumental. Rafael e Samuel, grandes figuras, faz falta o riso de vocês. Danilo, meu companheiro do Legislativo, agradeço pelo apoio, aprendizado em conjunto de todos esses anos e pela amizade construída. Patrick, amigo querido, obrigada pelas leituras atenciosas e precisas, a companhia leve e as agradáveis conversas. Maurício, agradeço pela solicitude de sempre, pelo bom humor e a paciência com todos nós, tão primitivos perto de você se tratando de R.

Aos mais jovens, que agora são muitos, pois o trabalho ensimesmado não tem sentido. É inevitável a pontada de orgulho ao ver pesquisadores tão competentes se formarem e me sentir parte disso em alguma medida. Grazi, minha “pupila”, transmitir a você o que sei sempre foi um enorme aprendizado. Digo o mesmo aos recém-ingressos, Bruno e Bianca, a quem agradeço,

inclusive, pelo auxílio com os dados da dissertação. Agradeço também a Celi pelo apoio, e a Fernanda, Carla, Andréa, Cássio e Guilhermes por darem cor ao cotidiano de trabalho. Joyce, a você sou grata pela doçura e também pela leitura atenciosa do meu trabalho. Samirzinho, por você o carinho é imenso e não cabe aqui.

Pela interlocução com os companheiros dos estudos Eleitorais, agradeço imensamente. Glauco tornou-se meu parceiro de trabalho, coautor e amigo, o que para mim é um privilégio. A você devo muito do meu amadurecimento e espero ainda poder retribuir seu comprometimento com o nosso trabalho. Fernando Guarnieri, pelas aguçadas contribuições. Natália Pires, agradeço também a leitura, e aos demais colegas do departamento, onde me sinto em casa. Tiago Borges, para você mal tenho palavras. Sempre muito dedicado, me deu todo apoio necessário para que eu conseguisse concluir o trabalho, que agora é também um pouco seu. Obrigada por me ajudar a pinçar e organizar as ideias em meio ao meu caos, e obrigada, sobretudo, pelos cuidados.

Aos Professores George Avelino e Lorena Barberia por terem participado do meu exame de qualificação com importantes críticas e sugestões. Ao Professor Adrian Lavalle pela disciplina ministrada na pós, que colocou reflexões fundamentais e deu consistência ao meu trabalho, e também pelos CDs de jazz. E também ao Professor André Singer, pela interlocução fundamental logo no primeiro semestre de pós-graduação.

Quanto ao apoio institucional, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de mestrado e apoio financeiro para a realização desta pesquisa, e ainda ao Departamento de Ciência Política da USP, em especial Rai, Vasne e Léo, que o fazem funcionar.

Para os demais nos bastidores, o carinho transborda. Bárbara e Fernanda, mulheres lindas e minhas maridas, agradeço a cumplicidade de vocês que me acalenta e me dá força. Priscilla, Leandro e Nina, meus amores, por me trazerem a paz, a ternura e o brilho necessários. Maurício, André, Gui Vazquez e Palma, tê-los por perto me faz sorrir sozinha para a vida. Agradeço também ao meu grilo, Pedro Buck, pelo apoio de sempre. Ao Cau, que forneceu a energia de ativação para isso tudo, e também ao Pedro Henrique, pelo incentivo a continuar e por todo companheirismo. Cabelo, presença barroca sempre tão inspiradora e querida. Babi, Lincoln, Miriam, Thiago Nascimento, Itaquê, Jota, “Dieesos” e tantas outras pessoas belas, curiosas e pulsantes cuja presença me basta para satisfazer a alma. A amizade de todos é um presente. À Ana, meu pedaço que está longe, e ao Li, por estar presente em tudo que eu faço, ainda que não saiba.

À minha mãe e ao meu pai, Elizabeth e Sérgio, para quem o fato de não saber exatamente o que faço nunca ter sido obstáculo para me apoiar irrestritamente e me admirar. Agradeço por terem me proporcionado aquilo que não tiveram, a vocês devo tudo e dedico esse trabalho com amor.

RESUMO

DAVIDIAN, A. (2013). A evolução do PT paulista: Uma abordagem sobre a organização do partido e seu desenvolvimento eleitoral. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Este trabalho se volta à evolução do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo. No contexto mais amplo do debate sobre partidos políticos, o PT sempre se apresentou como um contraponto nas abordagens sobre o sistema político brasileiro que, partindo de diferentes paradigmas teóricos, chegou sempre ao diagnóstico de que estas instituições estariam fadadas a serem organizações frágeis. Daí a análise do partido sob o ponto de vista da organização ser particularmente interessante. Serão observados os movimentos de expansão e retração da estrutura do partido para além do seu núcleo de origem a partir da base de filiados, do comportamento nas disputas no nível local e do desempenho nas eleições proporcionais. Todos esses aspectos se mostram relacionados no desenvolvimento da organização no estado onde nasceu.

Palavras-chave: Partidos políticos, sistema partidário brasileiro, organização partidária, filiação partidária, eleições locais, lista aberta.

ABSTRACT

DAVIDIAN, A. (2013). A evolução do PT paulista: Uma abordagem sobre a organização do partido e seu desenvolvimento eleitoral. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This dissertation seeks to understand the evolution of the Workers Party (PT) in the state of São Paulo. In the broader context of the debate on political parties, the PT was always presented as a counterpoint in the approaches of the Brazilian political system that, starting from different theoretical paradigms, the researchers always concluded that these institutions were bound to be fragile organizations. Therefore, the analysis of the party from the point of view of its organization becomes particularly interesting. The movements of expansion and contraction of the party's structure will be observed considering not only the core founder who leads the party, but also based on its membership roster, its behavior in disputes at the local level and its performance in proportional elections. All these aspects are related to the development of the organization in the state that the party was born.

Keywords: Political parties, Brazilian party system, party organization, party affiliation, local elections, open list.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1. Organização do PT em São Paulo	34
Gráfico 1: Filiados aos maiores partidos em São Paulo	35
Gráfico 2. Médias percentuais dos filiados ao PT nos municípios paulistas.....	36
Tabela 2. Lançamento de candidaturas municipais em São Paulo	39
Tabela 3. O PT nas eleições para vereador em São Paulo (N municípios)	40
Tabela 3.1. O PT nas eleições para vereador em São Paulo (N candidatos)	40
Figura 1. Capilaridade do PT em São Paulo em 1996.....	43
Figura 2. Capilaridade do PT em São Paulo em 2000.....	43
Figura 3. Capilaridade do PT em São Paulo 2004	44
Figura 4. Capilaridade do PT em São Paulo 2008	44
Figura 5. Capilaridade do PT em São Paulo em 2012.....	45
Tabela 4. Eleições para prefeito em São Paulo	47
Gráfico 3. Média do tempo de filiação dos candidatos (anos)	48
Tabela 5. Histórico eleitoral dos novos candidatos	49
Tabela 6. Número de vezes em que o partido está entre os três mais votados do primeiro turno nos 20 maiores municípios do estado de São Paulo (não incluída a capital)	52
Tabela 7. Lançamento de candidaturas e crescimento da base de filiados.....	54
Tabela 8. Lançamento de candidaturas e crescimento da base de filiados.....	55
Tabela 9. Quadro geral do desempenho do PT em SP (1994-2010)	62
Tabela 10. Correlação Deputado Federal X Presidente.....	64
Tabela 11. Correlação Deputado Federal X Governador	64
Tabela 12. Percentual de votos do PT por RA de SP para Deputado Federal.....	66
Figura 6. Votação do PT em SP para Governador e Deputado Federal (1994-2010)	67
Tabela 13. Votos de legenda do PT.....	74
Figura 7. Concentração dos votos de legenda para Deputado Federal do PT	75
Tabela 14. Candidatos lançados e candidatos eleitos do PT por RA de SP	80
Tabela 15. Distribuição dos votos do PT por RA em SP	81
Figura 8. Concentração	85
Tabela 16. Histórico dos candidatos	95

LISTA DE ABREVIATURAS

Partidos Políticos Brasileiros

DEM	Democratas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde

Demais abreviaturas

G	Índice de Concentração Espacial
QL	Quociente Locacional
RA	Região Administrativa
RGSP	Região da Grande São Paulo
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1 - Elementos teóricos e revisão da literatura.....	11
1.1. Paradigmas teóricos sobre partidos políticos	12
1.1.1. A matriz clássica e os estudos organizacionais	12
1.1.2. A abordagem norte-americana e o neo-institucionalismo	18
1.1.3. Considerações parciais	20
1.2. Os partidos políticos brasileiros	23
1.2.1. A literatura local às voltas com o pessimismo	23
1.2.2. O partido de massas brasileiro: uma anomalia	26
1.2.3. Considerações parciais	29
Capítulo 2 – Organização e Eleições Locais	31
2.1. A base de filiados	32
2.2. O lançamento de candidaturas no nível local	38
2.3. Dinâmica local e efeitos eleitorais.....	51
Capítulo 3 – Eleições para Câmara Federal	58
3.1. A lista aberta	59
3.1.1. Desempenho geral no estado.....	62
3.1.2. Votos de legenda	73
3.1.3. A regionalização pelos candidatos da lista.....	78
3.2. A seleção de candidatos	93
3.2.1. Histórico de disputa dos candidatos do PT	94
Conclusão	97
Anexos.....	99
1. Apêndice metodológico.....	99
Bibliografia	101

INTRODUÇÃO

Duverger (1980) estabelece que a estrutura organizacional explicaria o vigor e a eficácia de alguns partidos e a debilidade dos demais. Sendo assim, a “genética” dos partidos brasileiros seria pouco favorável ao desenvolvimento de organizações fortes, dado o contexto de formação marcado pelo retrocesso político dos períodos autoritários ou pelas características estruturais e até mesmo culturais da sociedade brasileira. Tendo os partidos, em sua maioria, sido criados dentro do Estado, o sistema partidário brasileiro seria marcado pela “inexistência de qualquer agremiação de real caráter societário, independente do Estado e definida sobre bases populares bem sedimentadas” (Meneguello, 1989: 39).

A essa interpretação se sobreporia ainda aquela de que o arranjo institucional brasileiro combinara as piores escolhas possíveis para o desenvolvimento de partidos fortes e, conseqüentemente, para a consolidação do sistema partidário como um todo. O federalismo robusto colaboraria com a dispersão do poder pelo seu caráter centrífugo. De outro lado, o presidencialismo forte com traços plebiscitários. Por fim, as regras eleitorais que regem as eleições legislativas operariam no sentido da fragmentação do sistema político, engendrando preocupações tanto quanto ao desempenho das funções governativas como representativas dos partidos políticos.

Se esta primeira abordagem, voltada para o estudo dos partidos enquanto organizações, tem matrizes europeias, de viés sociológico ou mesmo próxima do institucionalismo histórico, a segunda bebe na fonte do neo-institucionalismo norte-americano e das orientações da escolha racional. Conforme já notado por Guarnieri (2009), diferentes paradigmas teóricos, todavia, levam ao mesmo diagnóstico, qual seja, de que os partidos brasileiros estariam fadados ao fisiologismo.

À exceção de um. No contexto marcado pela fragilidade endêmica do sistema partidário, composto por uma miríade de partidos atrelados ao Estado e carentes de enraizamento social, o Partido dos Trabalhadores (PT) aparece aos olhos da literatura como uma

novidade¹. A origem do partido e suas características organizacionais, atreladas à proposta política inicial, seriam os aspectos centrais mobilizados para falar da singularidade do PT em relação aos demais partidos. Curioso notar que a abordagem que localiza principalmente nas instituições o problema do sistema político brasileiro acaba também por recorrer a variáveis organizativas para justificar a existência do PT que, em um primeiro momento, fugiria à regra do caso brasileiro.

Frisa-se aqui “em um primeiro momento”, pois não tarda para que seja apontada a degeneração do PT enquanto partido de massa, no sentido normativo da proposição de Duverger. Ao tratar da evolução do PT a literatura tende a enfatizar a conformação do partido às regras do sistema político brasileiro, cujo crescimento teria se dado às expensas de sua matriz original. Neste movimento interpretativo dispensa-se grande atenção à suavização do discurso do partido que, segundo Hunter (2007), já estaria evidenciada nas disputas presidenciais de 1998. Em termos de resultados eleitorais, dispensa-se atenção, sobretudo, à variação de desempenho do partido entre as eleições de 2002 e 2006.

Esta preocupação excessiva com uma eleição inclusive ofuscou o movimento que o partido fizera já em 2002 de ir além dos eleitores de sua base mais tradicional, o que se reflete tanto na chegada à presidência, como na maior penetração do partido nas eleições para o Legislativo e nas disputas no nível local. Nesse sentido, há ainda quem aponte que o novo PT teria sido consagrado pelo estatuto aprovado em já 2001, consolidando no arranjo institucional mudanças que vinham sendo discutidas havia uma década, e que incidiriam profundamente na vida partidária e no perfil da organização (Ribeiro, 2010; Singer, 2010; Oswaldo, 2011).

Há ainda determinada perspectiva que descreve a chegada do PT à presidência pela estratégia de coordenação no âmbito das elites partidárias, estratégia esta que triunfa em 2002, mas que estaria posta para o partido já desde o início das competições eleitorais (Limongi e Cortez, 2010). Se esta perspectiva parece adequada para tratar das eleições

¹ Lincoln Secco (2011) não deixa também de reconhecer que o PCB haveria cumprido os requisitos de Duverger para caracterizar-se como um partido de massa, pois foi “fundado fora dos meios políticos tradicionais, era bastante pedagógico, organizado em células de base, nacionalmente centralizado e controlava rigorosamente a filiação de seus membros” (2011: 31). O problema, de acordo com Secco, teria sido o partido não encontrar forma de inserção legal na vida político-partidária.

majoritárias no nível federal, ela não dá conta de tratar da evolução do partido de maneira mais abrangente, compreendendo, por exemplo, o desempenho do partido nas eleições proporcionais, e tampouco parece dar a devida atenção à dinâmica organizacional do partido. Embora esta última possa não influenciar tanto as disputas majoritárias para presidente ou governador, tanto as disputas proporcionais como as disputas no nível local parecem mais dependentes da estrutura organizativa do partido para atingir o eleitorado.

Ou seja, exceto pela perspectiva que destaca os processos internos de mudança, as principais abordagens disponíveis voltadas ao desempenho eleitoral do partido parecem não dar devida atenção ao esforço de organização do PT. Uma delas por centrar-se demasiadamente nos elementos plebiscitários presentes no sucesso das candidaturas de Lula. Outra por resumir a dinâmica partidária ao componente estratégico da coordenação promovida pelas elites. Em contraste, se buscará explorar aqui a dinâmica organizacional que ambas as abordagens não captam, investigando o comportamento do partido nas eleições municipais e nas eleições proporcionais no estado de São Paulo. Entende-se por organização tudo que se relaciona às atividades do partido envolvendo as redes de estrutura física e humana que o partido estende no território. Em poucas palavras, a presença do partido na sociedade. Eleições majoritárias para presidência e governos estaduais, onde a campanha tem papel fundamental e os candidatos podem apelar diretamente ao eleitorado através da mídia, parecem menos imediatamente vinculadas à dimensão da organização do que as disputas que exploraremos aqui.

Ainda que a perspectiva organizacional fosse destacada nas primeiras análises sobre o partido – Meneguello (1989), por exemplo, frisara a importância da organização das bases partidárias como sendo fator decisivo para explicar o desempenho eleitoral petista –, o papel desta dinâmica tende a ser mais valorizado no momento inicial de constituição do partido do que posteriormente. A abordagem de Ribeiro (2010), todavia, mostra que as transformações do partido passaram inclusive por uma expansão organizativa quando já na presidência. A despeito do argumento mais geral de que o partido deixa de se basear na militância para tornar-se um partido profissional-eleitoral, aponta-se que a capilarização organizativa permanece tendo importância para a estruturação do partido, responsável por sua nacionalização e pela expansão numérica de sua base.

A presente pesquisa terá caráter exploratório. Tanto pelas próprias limitações de escopo, mas também por entender que a evolução eleitoral de um partido não seria explicada de

maneira satisfatória tomando apenas um dos diversos aspectos envolvidos na atuação do partido em um contexto complexo, na qual uma série de fatores interagem para produzir os resultados das eleições em perspectiva temporal, inclusive a atuação dos demais partidos políticos. Buscaremos, antes de tudo, contribuir para melhor compreender a trajetória do PT, descrevendo algumas dimensões da atividade partidária em São Paulo, seu estado de origem. O recorte parece propício pois, se de um lado, o estado foi o berço do partido, representando uma das regiões onde primeiro se estabelece alguma estrutura partidária; de outro, o PT sempre enfrentou dificuldade no estado em relação ao opositor, o PSDB, tendo disputado o segundo turno para o executivo estadual apenas uma vez.

O Capítulo 1 se voltará aos elementos teóricos subjacentes a essa discussão antes de chegar ao debate local, quando serão apresentadas as duas abordagens teóricas supra referidas. Primeiramente, a matriz clássica que trata os partidos enquanto organizações, e alguns dos desdobramentos desta tradição. Depois serão apresentadas as linhas gerais da abordagem neo-institucionalista que permeia as interpretações predominantes sobre o sistema político brasileiro. Tendo apresentado o quadro de referência teórica, a segunda parte do capítulo tratará do debate sobre os partidos no Brasil, para então situar as análises que a literatura faz sobre o PT.

O Capítulo 2 se voltará às movimentações da estrutura partidária no estado, tendo como indicadores a evolução da base de filiados e o comportamento do partido nas disputas municipais no estado de São Paulo. A literatura aponta que política local sempre constituiu uma dimensão de difícil avanço para o PT (Meneguello, 2012). O lançamento de candidaturas e a eleição de representantes nesse nível serão tomados como dados da capilaridade do partido, interpretados em conjunto com os registros de filiados. O objetivo é descrever como o partido se comportou nessas disputas, e quais os avanços que obteve com isso em termos de retorno eleitoral.

O Capítulo 3 tratará das disputas para a Câmara Federal em São Paulo. Olharemos para relação desta disputa com as dos demais níveis, os votos de legenda o desempenho dos nomes que compõem a lista em consideração à dinâmica espacial das votações. O objetivo é descrever como o partido se comportou nessas disputas ao longo do tempo. Atenção será dedicada também ao perfil dos candidatos do ponto de vista do histórico de disputa a outros cargos eletivos, especialmente no nível local, o que conduzirá à conexão com debate feito no capítulo anterior.

Por fim serão retomadas as conclusões desenvolvidas ao longo de trabalho, e feitas algumas considerações finais.

CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS TEÓRICOS E REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo fará uma apresentação da literatura sobre partidos políticos, com foco na dimensão organizativa, para traçar um panorama da literatura sobre os partidos brasileiros em diálogo com essas orientações teóricas mais gerais, e por fim apresentar as descrições feitas sobre o PT nesse contexto.

É possível organizar o debate geral distinguindo entre duas linhas interpretativas, conforme notado no trabalho de Braga et al. (2012). Na primeira, designada como “clássica”, os aspectos organizacionais são tidos como definidores do comportamento dos partidos e assumem peso na explicação de seu desempenho eleitoral. Essa abordagem é própria dos estudos europeus, interessados em compreender como essas organizações funcionam, como elas mudam e como se adaptam ao longo do tempo, em consideração aos fenômenos sociais mais amplos e também à história dos partidos.

A outra linha, denominada “hegemônica”, toma os partidos como meramente funcionais às estratégias eleitorais de atores individuais, em virtude das orientações metodológicas do neo-institucionalismo e da escolha racional, predominantes no debate da ciência política norte-americana. Desta abordagem, conforme será demonstrado, tomou-se emprestado o modelo teórico distributivista que balizou as análises sobre o sistema político brasileiro.

A segunda parte do capítulo se voltará ao Brasil, cujo sistema partidário seria objeto das piores expectativas possíveis, independentemente da abordagem adotada como referencial para a análise. O PT, por seu turno, se constituiria como a própria exceção que confirma a regra. O único partido a nascer de baixo para cima, todavia, logo cederia aos incentivos negativos do arranjo de instituições brasileiro.

1.1. Paradigmas teóricos sobre partidos políticos

1.1.1. A matriz clássica e os estudos organizacionais

O modelo de partido de massas é descrito no clássico *Partidos e Sistemas Partidários* de Maurice Duverger, publicado pela primeira vez na década de 1950, e se constituiu como um dos principais paradigmas para tratar dos partidos políticos modernos. Partidos de massas seriam pensados sob a perspectiva de sua relação com a sociedade civil, enquanto entidades societárias, fortemente presentes na vida de seus eleitores por meio de atividades políticas extraparlamentares e de tarefas de organização permanente, fora dos períodos eleitorais, produzindo um quadro de profundo enraizamento social e de identificação ideológica com os seus membros. Entidades deste tipo teriam tido um papel crucial na formação das democracias modernas com a expansão do sufrágio, por desempenharem o papel de mobilizar amplos segmentos do eleitorado e integrá-los à política através do desenvolvimento de uma estrutura organizativa complexa.

Neste modelo, diferenças estruturais associadas às origens dos partidos imprimiriam as características de sua organização, o que propiciaria diversidade aos partidos políticos existentes. Os partidos burgueses europeus repousariam sobre comitês pouco amplos, e teriam suas atividades voltadas para as eleições e as composições parlamentares. Estes partidos, antes associados às oligarquias censitárias dominantes na política no século XIX, sobreviveriam sob a forma de partidos conservadores e liberais, associados aos estratos médios e altos da sociedade, e não visariam enquadrar as grandes massas populares, mas sim agrupar personalidades – daí a designação *cadre parties* –, interessados em manter as elites sociais tradicionais no poder.

Os partidos de massas emergentes, de outro lado, visariam à inclusão da massa de novos eleitores na política com a expansão do sufrágio. Seus comitês seriam mais amplos e mais abertos, onde a formação dos membros seria mais relevante do que atividade puramente eleitoral. Para o autor, “foi só o crescimento dos partidos e, especialmente, dos partidos operários que permitiu uma colaboração real e ativa do povo inteiro nas instituições políticas” (Duverger, 1980: pp. 458). Este modelo de organização seria, portanto, o mais apto a evoluir com o desenvolvimento da democracia – superioridade tal que as elites políticas seriam impelidas a reproduzir este modelo para sobreviverem. Em uma linha, os partidos de massas seriam os verdadeiros partidos modernos.

Decerto o modelo proposto por Duverger, de forte aporte normativo, foi formulado com base na experiência de evolução dos partidos operários europeus. Todavia, a influência sobre os estudos dos partidos foi ampla, não somente da perspectiva organizacional como da relação dos partidos com as instituições políticas, dos partidos com a sociedade civil e do sistema partidário como um todo. Sartori (1982), por exemplo, aponta que os sistemas partidários só seriam institucionalizados quando compostos por partidos de massa fortes que integrem e canalizem a participação da população no sistema político. Lipset e Rokkan (1990), por sua vez, preocupados com a estabilização do sistema partidário, relacionam a emergência dos partidos e dos sistemas partidários aos conflitos sociais de grande porte em perspectiva macro histórica. A tese é de que os partidos expressariam nas instituições políticas as divisões que ocorrem na estrutura social de forma estável, de modo que fatores sociológicos seriam determinantes na explicação do voto e a relação entre clivagem social e comportamento eleitoral através da produção de identificação política seria algo natural e esperado nas democracias ocidentais. Tanto em Sartori quanto em Lipset e Rokkan, os partidos de massa teriam efeitos significativos nos sistemas partidários, sendo elas as organizações responsáveis por conferir previsibilidade à competição política.

Se os partidos burgueses falharam em replicar o modelo da organização de massa – inclusive porque a expansão numérica deixa de ser um imperativo quando se dispõe de privilégios de classes que permanecem depois da democratização, como relações estratégicas com o exército e a burocracia – e sair do estágio de representação individual para tornarem-se partidos de integração social, os partidos de massa também teriam falhado em promover a integração política da classe proletária à sociedade industrial, segundo Kirchheimer (1990)². Produtos de uma sociedade com linhas de classe mais bem definidas, esses partidos teriam cada vez mais se adaptado à cena eleitoral, de modo que aspectos de seu modelo originário teriam se tornado contraproducentes para alcançar o eleitorado de maneira mais abrangente. A experiência dos partidos de massa no governo

² Para o autor, a partir da segunda metade do século XX, a Europa experimenta transformações sociais profundas que alteram a composição social, tornando os cortes de classe menos nítidos e polarizados com a ascensão das classes médias. No pós-guerra, além das transformações promovidas pelo Estado de Bem Estar Social, as democracias experimentavam o surgimento dos meios de comunicação de massa, transformando o modo como o eleitor se vinculava ao sistema político e adquiria informação. É nesse contexto que surge o partido “*catch all*”.

teria, de um lado, frustrado as expectativas de seus seguidores e, de outro, mostrado que seria necessário construir um consenso no sistema político sobre bases mais amplas, indo além dos limites da classe trabalhadora e atingindo novas clientelas. Para tanto, diferentes interesses e demandas teriam que ser minimamente acomodados e programas vigorosos teriam que ser suavizados. Ademais, as próprias mudanças estruturais associadas ao desenvolvimento das sociedades ocidentais reconfigurariam o espaço de atuação dos partidos que, para tornarem-se competitivos, converter-se-iam ao modelo que o autor denomina de partido *catch-all*. Voltado menos aos próprios membros e ativistas, este novo modelo de organização buscaria atrair o voto do eleitor regular em uma sociedade orientada pelo consumo, tendo como contrapartida uma drástica redução de sua bagagem ideológica.

O teor pessimista do modelo de Kirchheimer e da avaliação que ele faz dessas mudanças fica patente dado que a referência do autor permanece sendo as funções tradicionais desempenhadas pelos partidos de massa europeus, qual seja, a integração dos indivíduos à ordem política ou mesmo instrumentalizar a desintegração dessa ordem e sua substituição por outra nova. Os perigos disso estariam na possível explosão de demandas e reivindicações e na multiplicação de demais estruturas de organização de interesse que disputariam com os partidos o papel de organização e representação de interesses coletivos. Maria D’Alva Kinzo (2004), em um trabalho recente sobre o contexto brasileiro, parte de um raciocínio semelhante ao apontar que a crise dos partidos políticos representaria a própria crise dos sistemas políticos, uma vez que

não se conhece, até o momento, meios alternativos [aos partidos políticos] de construção e consolidação de uma forma democrática de convivência política capazes de substituir os mecanismos institucionais que foram os pilares das democracias ocidentais. (Kinzo, 2004: pp. 36)

Bartolini e Mair (2001), todavia, ao perceber as limitações do modelo de partido de massa no contexto de uma sociedade cada vez mais fragmentada, onde novos desafios estariam colocados para os partidos. De fato, as funções tradicionalmente associadas aos partidos de massas tenderiam a ser progressivamente desempenhadas por outros canais não partidários, como movimentos sociais e associações civis, que teriam passado inclusive a ser vistos como meios mais eficientes de ligar os cidadãos aos processos decisórios (Schmitter, 1992). Sendo assim, os partidos já não gozariam mais de uma presença

significativa no seio da sociedade, e isto seria uma tendência quase universal onde as funções representativas, que sublinhavam a singularidade dos partidos de massas europeus, teriam sido esvaziadas. A época dos partidos de massas teria chegado ao fim nas democracias estabelecidas, e seria pouco provável que estes viessem a se desenvolver nas democracias recentes, já que

os partidos de massa modernos foram não só produto da coincidência histórica de processos de mobilização social e industrialização [...] expansão do sufrágio, e organização política, mas foram também típicos de determinados períodos e momentos [...] Os partidos de massa modernos, em outras palavras, foram um fenômeno próprio a um tempo e contexto específicos (Bartolini e Mair, 2001: pp. 333, tradução nossa)

Se mudanças na natureza dos regimes democráticos e na sociedade como um todo teriam incidido sobre os partidos, caberia então repensar suas novas funções, compreendendo como essas organizações funcionam, como elas mudam e como se adaptam. É com essa motivação que surge o modelo do partido cartel, elaborado por Katz e Mair (1995) ao descreverem a seguinte trajetória: ao passo que os partidos declinam como agentes representativos e tornam-se cada vez mais distantes da sociedade civil, passam cada vez mais a concentrar poder de decisão dentro de suas instâncias e a se fortalecer em sua relação com o Estado. Ou seja, o declínio do caráter de massa dos partidos não significaria o declínio das organizações em si. A frustração do paradigma teórico do partido de massa teria feito com que os partidos políticos passassem a ser apontados como instituições arcaicas, que tenderiam mais a dificultar do que sustentar o desenvolvimento das democracias, o que, por sua vez, teria desencorajado o estudo dos partidos enquanto organização (Mair, 1994).

Panbianco (2005) pode ser apontado como uma das escassas contribuições de porte nesse sentido, retomando a linha dos estudos organizacionais e propondo um quadro analítico bastante abrangente para tratar da dinâmica interna dos partidos. Entender os partidos enquanto organizações complexas significaria, primeiramente, superar a visão de que partidos são produtos de demandas sociais pré-existentes ou mera expressão das divisões sociais no âmbito da política – em uma leitura extremada, por assim dizer, da tese de Lipset e Rokkan citada acima. Partidos produzem eles próprios desigualdades em seu interior, de onde resultariam os conflitos internos próprios da dinâmica de qualquer

organização. Em segundo lugar, significaria descartar que partidos possam ser definidos em termos de objetivos estabelecidos a priori, sejam eles de natureza ideológicas, sejam eles restritos à vitória eleitoral. Isto porque, de um lado, a representação ideológica que a instituição ou agente faz de si própria é insuficiente para descrevê-la, entendendo ainda este agente como um ator unitário. De outro, a definição instrumental mínima pecaria em reduzir a ideologia a instrumento para obtenção da vitória eleitoral, o que se mitigaria pela simples existência de organizações que assumem estratégias previsivelmente destinadas à penalização de seu resultado eleitoral.

Tais generalizações, segundo Panebianco, minariam a compreensão da dinâmica complexa das atividades organizativas dos partidos, que se distinguiriam das demais organizações não por seus objetivos, mas sim pelo ambiente específico no qual atuam – ainda que essas arenas sejam compartilhadas com outras organizações, conforme já pontuado, a disputa por votos se constitui como atividade própria aos partidos. A abordagem por ele proposta consiste então em identificar alguns dilemas organizativos fundamentais que se colocam para os partidos, dilemas estes deduzidos dos modelos teóricos disponíveis na literatura dedicada a tratar dos partidos enquanto organizações complexas, a exemplo de Duverger.

Um dos dilemas apresentados consiste no modelo racional versus o modelo do sistema natural. No modelo racional os participantes se identificariam, em primeiro lugar, com os objetivos das organizações, pactuando com objetivos determinados a priori, ignorando-se que no interior de uma organização possa haver uma pluralidade de objetivos e de ações empreendidas pelos diversos agentes que compõem a organização, e dentre estes objetivos possa estar a própria manutenção da organização. A alternativa teórica a este modelo perceberia o partido como uma estrutura que responde e se adapta a uma multiplicidade de demandas com vistas a conciliá-las e manter o equilíbrio da organização, onde o papel dos dirigentes seria central. Os objetivos são compreendidos então como efeito de processos complexos no interior do sistema e não mais como causa da ação organizada. Para Panebianco, o modelo natural apresentaria uma formulação mais realista e convincente sobre a atividade partidária, pois decerto em organizações consolidadas as atividades voltadas a assegurar a sobrevivência da organização tornam-se preponderantes em relação às atividades voltadas à realização dos objetivos de origem declarados. Todavia, não decorre daí que estes objetivos sejam de um todo artificiais, e

que não exerçam nenhum peso nos processos pelos quais passará a organização, sejam internos, sejam de adaptação ao ambiente.

Outro dilema diz respeito à relação da organização com o ambiente. De um lado estaria a ênfase teórica na adaptação passiva ao ambiente que influencia a organização, de outro estaria a ênfase no predomínio do partido em modificar o ambiente onde ele atua. Segundo Panebianco, qualquer organização enfrentaria a exigência vital de desenvolver uma estratégia para colonizar o ambiente externo, embora tenha também que pactuar com ele em alguma medida através de estratégias de adaptação.

Talvez um dos pontos mais centrais da contribuição dessa obra seja a ênfase na capacidade de adaptação, sem descartar que elementos da genética da organização irão sempre influenciar seu funcionamento. O marco central da evolução organizativa em Panebianco seria a institucionalização do partido, o processo de consolidação da organização onde se passa da fluidez estrutural inicial a um estágio de estabilidade. Em termos de estratégia, isso significaria passar de uma estratégia agressiva, onde a organização deve abrir caminho entre seus concorrentes dominando uma fatia do mercado eleitoral, a uma estratégia de adaptação que caiba ao sistema de interesses que se consolida no partido. Sem a pretensão de descrever efetivamente este processo, mas sim de fornecer ferramentas para analisa-lo, Panebianco formula o seguinte: 1) Os partidos podem combinar de maneiras diversas as respostas aos dilemas organizativos apresentados; 2) o desenvolvimento dos partidos estaria bastante relacionado às relações que o partido estabelece em sua fase inicial e ao longo do caminho com demais organizações e instituições sociais; e, finalmente, 3) o desenvolvimento dos partidos é condicionado por continuas mudanças ambientais, marcadas por descontinuidades, rupturas e mudanças. Naturalmente, nesse processo os objetivos iniciais tornam-se mais vagos e mais imprecisos, mas a relação entre objetivos e comportamentos não chega a se romper totalmente, e sim atenuar-se. Caberia então aos líderes selecionar as estratégias viáveis à obtenção dos objetivos oficiais e compatíveis com a estabilidade organizativa. Isso seria exemplificado pela práxis pragmática e reformista dos partidos revolucionários: se por um lado a meta originária é constantemente reafirmada para garantir a identidade coletiva do partido, de outro estratégias cotidianas são adotadas para garantir a estabilidade da organização.

1.1.2. A abordagem norte-americana e o neo-institucionalismo

A visão de declínio dos partidos teria permeado também os estudos sobre os partidos norte-americanos. Em uma primeira abordagem, partidos seriam somente coalizões heterogêneas. Em *O Federalista* Madison (1781) já pontuava não seria natural existir uma maioria coesa dada a vastidão da república e a diversidade dos interesses nela distribuídos. O problema posto seria construir uma unidade capaz de apelar para os votos da maioria eleitorado, agregar de alguma maneira os diversos interesses e forjar uma coalizão partidária para governar, que funcionaria como um intermediário entre o público e o governo. Todavia, essa abordagem logo dá lugar a outra, menos aberta e, segundo a caracterização de Aldrich (1995), de viés eminentemente normativo, a ponto de não ter aderência ao que seria a realidade dos partidos americanos. Nessa abordagem, partidos deveriam ser responsivos e ter compromissos políticos com o eleitorado, compromissos esses que seriam cumpridos no governo. Ademais, partidos deveriam ser suficientemente distintos entre si, proporcionando ao eleitorado um leque apropriado de alternativas da ação. No contexto político americano, altamente centralizado na figura dos candidatos, o ideal da *accountability* eleitoral seria frustrado. As campanhas personalistas deixariam temas políticos relevantes fora da agenda, de modo que o público passaria a enxergar cada vez mais os partidos como irrelevantes para as eleições e o governo, engendrando a visão de que os partidos teriam declinado.

Em uma visão alternativa, e também mais influente, a ênfase na competição eleitoral aparece mais acentuada do que na visão precedente. As premissas teriam origem na teoria da escolha racional, e dariam origem a modelos espaciais nos quais as preferências são exógenas à competição em si. No clássico modelo de Downs (1957) sobre comportamento eleitoral³, o papel dos partidos não seria formar preferências, mas sim atrair os eleitores com o objetivo último de vencer eleições, objetivo para o qual as políticas seriam formuladas – e não o contrário. Segundo esse raciocínio, o fortalecimento da estrutura do partido para mobilizar o eleitorado aconteceria à medida que isso fosse necessário para vencer eleições. Ou seja, a dimensão organizativa do partido só existe em

³ Neste modelo as preferências seriam ordenadas em um espaço unidimensional e os partidos tenderiam a convergir para a média da distribuição, daí a tendência à indiferenciação entre os programas e propostas dos partidos.

função da competição eleitoral nesse modelo, assim como sua atuação no governo é moldada com a finalidade de vencer eleições.

É nesses marcos que se desenvolve o modelo distributivista, formulado originalmente por Mayhew (1974) para tratar do funcionamento do Congresso, onde toda a mecânica do sistema é explicada a partir do comportamento individual dos políticos. Nessa abordagem, as instituições eleitorais desfrutariam de grande peso explicativo nas estratégias dos políticos e em todo o funcionamento do Congresso, que teria suas regras moldadas para atender as motivações dos políticos. Os partidos políticos, por sua vez, seriam apenas funcionais às estratégias de candidatos, cujo mecanismo de relação com o eleitorado seria a distribuição de benefícios particularistas – com uma correspondente distribuição de custos generalizados – a clientelas específicas, motivados estritamente por sua sobrevivência eleitoral.

Aldrich mitiga a tese da que os partidos seriam desimportantes afirmando em paráfrase a Schattschneider⁴ que a democracia não funcionaria não fossem os partidos políticos. Referindo-se aos partidos enquanto organizações, no mesmo sentido da argumentação de Bartolini e Mair apresentada anteriormente, Aldrich argumenta que estes seriam mais fortes do que nunca no contexto norte-americano. A fraqueza propalada pela visão de declínio dos partidos seria mais adequada para descrever a fidelidade partidária e não as organizações em si, essas dispendo de mais recursos e altamente profissionalizadas.

Em sua definição, Aldrich também parte das premissas da escolha racional, mas se diferencia da abordagem de Downs no sentido de que não imputa interesses restritos à conquista e manutenção de cargos aos políticos, aceitando que suas motivações podem ser diversas e incluir também o interesse em realizar políticas específicas. Todavia, permanece tendo como referência os indivíduos para explicar a existência dos partidos, que seriam, antes de mais nada, instituições endógenas, definidas da seguinte maneira:

Uma instituição moldada por atores políticos [...] Esses políticos não têm objetivos partidários por si só. Antes, eles têm objetivos mais fundamentais, e o partido é só

⁴ A assertiva clássica diz que os partidos políticos criaram a democracia e a democracia seria impensável senão nos termos dos partidos.

um instrumento para alcança-los [...] objetivos esses que incluem, basicamente, a ambição de ter uma longa e bem sucedida carreira no cargo político, mas também compreendem a ambição de realizar determinadas políticas e de alcançar poder e prestígio dentro do governo (Aldrich, 1995: pp. 4, tradução nossa)

Os atores mais importantes seriam, portanto, *office-seekers* e *office-holders* que criam os partidos para resolver problemas de ação coletiva. Em segundo lugar, estariam os *benefit-seekers*, figuras com acesso a recursos que passam a ser fundamentais na competição eleitoral – notadamente, dinheiro e informação.

1.1.3. Considerações parciais

Quanto aos desafios colocados para os partidos modernos no contexto de uma sociedade em profunda mudança, é consenso a percepção sobre a necessidade de adaptação dessas organizações. Przeworski (1989) pontua que teria sido momento decisivo para os partidos a opção por participar do processo eleitoral. Uma vez no jogo institucional, a organização, cedo ou tarde, teria que adaptar-se às suas regras. Esta opção condicionaria todas as demais estratégias dos partidos, e daí derivariam os dilemas dos partidos socialistas europeus no momento em que decidem ingressar na disputa por votos.

A sobrevivência destas instituições dependeria então da capacidade de adaptação no enfrentamento desses dilemas, e esse juízo não é ignorado por nenhum dos autores tratados. Não somente mudanças de ordem estrutural nas sociedades, mas também os novos recursos dos quais passam a dispor os partidos, onde o ativismo partidário assume outro relevo, sob impacto, dentre outros fatores, da introdução da televisão e de outras ferramentas da comunicação de massa que tornariam obsoletos os modelos de organização tradicionais, outrora indispensáveis.

A lacuna de estudos que tratem das organizações partidárias é consenso em ambas as abordagens, mesmo em meio à proliferação de estudos tratando de partidos sob outros demais aspectos – partidos em relação às classes sociais, partidos no governo, partidos nas eleições, etc. A primeira razão se atribui à própria dificuldade colocada pelo objeto em questão. Da parte dos estudos aqui designados como clássicos, isso se daria em virtude

dos preconceitos sobre os quais alerta Panebianco⁵. Ou, ainda, conforme o exposto da argumentação de Bartolini e Mair, o desestímulo ao estudo das organizações teria sido engendrado pelo pessimismo quanto ao destino das organizações nas democracias contemporâneas – destino este atrelado às novas condições históricas que estavam colocadas para os partidos. Nesse sentido, convém destacar os aspectos metodológicos distintivos no que diz respeito aos elementos de natureza sociológica da abordagem de matriz europeia, e a especial ênfase na história das organizações. As origens da organização são relevantes na conformação de características que permanecem tendo impacto ao longo do tempo, e sua adaptação, por sua vez, é pensada em relação a questões de nível macro, notadamente, a relação dos partidos com o Estado. Partidos enquanto organizações complexas diferem enormemente entre si.

As premissas do individualismo metodológico próprio do neo-institucionalismo e da escolha racional, de outro lado, tendem a esvaziar de conteúdo dos partidos. Aqui estes últimos são descritos menos como organizações complexas e mais como um empreendimento coletivo funcional aos interesses individuais dos políticos. Ademais, a determinação do comportamento político pelas regras institucionais preponderaria sobre questões ligadas às vicissitudes da vida interna dos partidos, de modo que a dinâmica organizativa é subsumida da dinâmica de atuação do partido sob as regras da esfera de governo e da esfera eleitoral. Levada ao extremo essa lógica, os partidos não se distinguiriam entre si, sendo como “vasos vazios”, segundo a caracterização de Katz e Kolodny (1994).

Entretanto, a organização assume importância na literatura norte-americana à medida que se pautam os retornos eleitorais associados à atividade partidária. Frendreis et al. (1990), por exemplo, cujo trabalho será retomado adiante, irão chamar atenção para o papel da organização local em promover atividades eleitoralmente relevantes. Tendo como foco os Estados Unidos, os autores acusam um paradoxo na literatura sobre partidos políticos:

⁵ O preconceito sociológico insistiria em tratar os partidos como produto de demandas sociais pré-existent, de modo que os partidos nada mais seriam do que a expressão das divisões sociais no âmbito político. O preconceito teleológico, por sua vez, consistiria em definir os partidos em termos de objetivos estabelecidos *a priori*, que seriam sua razão de ser. Em uma de suas versões o preconceito ideológico resumiria os partidos em termos de suas metas ideológicas, mas haveria ainda uma versão que resultaria em uma definição mínima, onde o objetivo próprio a todos os partidos seria a vitória eleitoral.

como combinar o diagnóstico de que os partidos estariam declinando em importância no contexto das eleições com a evidência de que eles estariam tornando-se cada vez mais complexamente organizados? O comportamento da organização, segundo eles, vai resultar de uma conjunção entre constrangimentos e/ou oportunidades do ambiente institucional e o capital físico e humano do qual dispõe o partido. As candidaturas individuais dependeriam do suporte institucional provido pela organização, e as atividades do partido no nível local seriam responsáveis por fazer o partido chegar aos eleitores ou mesmo para recrutar candidaturas. Ainda que não incidam tão diretamente nas eleições gerais, já que o candidato à presidência tem mais independência para apelar diretamente ao eleitorado através mídia, incidiriam nas eleições para os cargos mais baixos.

Nesse mesmo sentido, Scarrow (1994) problematiza o argumento de que a filiação teria se tornada inútil aos partidos nas democracias contemporâneas pelo fato de não depender mais dos membros suas campanhas e sua sorte eleitoral. Sem contar as críticas que desfere às premissas da escolha racional no tratamento dos partidos do ponto de vista organizativo, Scarrow argumenta ainda que a filiação, tomada sempre como recurso organizativo demasiadamente genérico, não seria suficientemente compreendida do ponto de vista das suas funções concretas desempenhadas pelos membros dos partidos. Caberia ir além do suporte financeiro e do trabalho voluntário nas campanhas, funções tradicionalmente associadas à filiação em massa, e explorar outros motivos de importância estratégica para os partidos desejarem agregar novos membros.

1.2. Os partidos políticos brasileiros

1.2.1. A literatura local às voltas com o pessimismo

O pessimismo com relação aos partidos políticos parece ter permeado também a literatura local. Em um clássico trabalho sobre o período de 1946-1964, Maria do Carmo Campello de Souza (1990) já identificara a presença de um forte sentimento anti-partidário, historicamente difundido na sociedade brasileira – sobretudo na elite – que acusa os partidos de serem os próprios responsáveis pela descrença nas instituições democráticas, “fornecendo o quadro de referência dentro do qual intelectuais, jornalistas e mesmos políticos avaliam o fenômeno partidário” (Souza, 1990: pp. 83).

Sob o aspecto do *‘ethos’* da cultura política nacional, haveria uma inviabilidade congênita para o desenvolvimento pleno da democracia brasileira, ameaçando a estabilidade da nova ordem. Bolivar Lamounier está entre os cientistas políticos brasileiros a manifestar preocupação neste sentido, e em obra relativamente recente chega a falar de um “pirronismo de raízes culturais e históricas” (Lamounier, 2005: pp: 1) que refletiria a descrença nos mecanismos de representação política, a saber, eleições, partidos e sistema legislativo. Argumento dessa natureza sobrepunham, em um primeiro momento, questões históricas, estruturais e culturais, explicando que os partidos padeceriam de fragilidade organizacional e falta de enraizamento na sociedade civil em razão das condições de sua origem, no contexto de uma democracia sem longa experiência competitiva. Os regimes autoritários enfrentados pelo país teriam esvaziado o espaço de atuação das instituições partidárias. O que está em questão aqui é o referencial do partido de massa, que confrontado à realidade dos partidos brasileiros produziu os piores diagnósticos possíveis em relação à consolidação do sistema partidário (Ribeiro, 2010; Guarnieri, 2009).

De outro lado, o malogrado arranjo institucional viria agravar esse quadro. O Brasil seria exemplo do que se convencionou chamar de “segredo ineficiente” (Shugart e Carey, 1992), isto é, um modelo de sistema político que pressupõe um Executivo forte, encarregado das políticas nacionais, e parlamentares voltados para os interesses de suas clientelas, propondo matérias de cunho paroquial e favorecendo os interesses particularistas da classe política. A tese, embora mais preocupada com o âmbito do governo, repousa nas regras do sistema eleitoral para argumentar sobre o comportamento dos parlamentares. O método incentivaria a formação de lideranças personalistas que,

uma vez eleitas, atuariam em prol de sua clientela com vistas à sua reeleição por meio de políticas de cunho paroquialista. Ames (1995, 2003) é um dos principais autores a transpor o modelo distributivista norte-americano para o Brasil, assumindo o predomínio da conexão eleitoral e do voto clientelista, propiciados pela lista aberta, como pilares do funcionamento do sistema político brasileiro. Em suma, o sistema de lista aberta, entre outros aspectos, “personaliza[ria] a política e enfraquece[ria] o controle dos partidos sobre os políticos tanto nas campanhas eleitorais, quanto nas votações em plenário” (Ames, 2003: 100).

O efeito disso seria contrário ao fortalecimento dos partidos, tanto sob o aspecto das funções governativas quando das de representação, reproduzindo os traços negativos “crônicos” do sistema político brasileiro, conforme a seguinte descrição:

Eles [os partidos] são máquinas eleitorais: controlam pouco os políticos; são mais ou menos disciplinados, desempenham um papel secundário nas campanhas; têm relativamente pouco controle sobre as filiações, sobre o que os políticos fazem e sobre quem é eleito. Os partidos brasileiros caracterizam-se por serem organizações frouxas, que permitem que os políticos atuem com desconsideração a regras e compromissos. Falta-lhes coesão; muitas vezes são as disputas locais entre ‘caciques’, e não as grandes questões políticas ou ideológicas, que determinam a filiação a um partido” (Mainwaring, 1991: pp. 220).

As inconsistências teóricas na raiz desse argumento já foram explicitadas no debate governativo (Limongi, 2003) no que diz respeito às suposições comportamentais sobre as quais ele repousa. Quanto à questão da governabilidade e da estabilidade da democracia, que estava no cerne dessas preocupações, houve avanços. A agenda inaugurada por Figueiredo e Limongi (1999) confrontou a tese do segredo ineficiente mostrando que o padrão de organização dos trabalhos legislativos era altamente centralizado em torno dos partidos. Disso resultaria que os parlamentares são induzidos a adotar estratégias cooperativas, e que há alta capacidade governativa através da formação de coalizões. Uma série de outros trabalhos voltados para a produção legislativa mitigou o argumento com base em conclusões antes lastreadas empiricamente do que deduzidas das regras eleitorais. Se, no contexto europeu, Bartolini e Mair (2001) apontam para um progressivo fortalecimento dos partidos em sua relação com o Estado, no Brasil, de maneira análoga, os partidos mostram-se fortes do ponto de vista governativo.

Todavia, a despeito da funcionalidade do sistema político e da garantia de eleições competitivas, condição mínima para a manutenção da democracia sob um ponto de vista procedimental, os partidos brasileiros continuam aparecendo para os analistas, de dentro e de fora do meio acadêmico, como os antípodas do que seria um modelo ideal de organização partidária. Permanece a crítica quanto ao vigor destes organismos em sua relação com o eleitorado, engendrando, por exemplo, o juízo de que os partidos seriam fortes na arena legislativa, porém fracos na arena eleitoral (Pereira e Mueller, 2003). Kinzo (2004) alinha-se a este argumento no sentido de considerar que, a despeito estabilidade do sistema democrático brasileiro, o sistema partidário estaria longe da consolidação. Preocupada com as funções de representação dos partidos, a autora aponta para a ineficiência das siglas brasileiras em oferecer opções que sejam distintas entre si aos olhos do eleitorado para propiciar assim a construção de identidades políticas – que seria tarefa central dos partidos políticos. Esta indistinção, refletida na composição alianças eleitorais, é tomada como evidência da fraqueza dos partidos. Resultado disso seriam os baixos índices de identificação partidária de um lado, e os altos índices de volatilidade eleitoral de outro, mostrando a inexistência de padrões definidos e consistentes de apoio partidário. Em outro trabalho Carreirão e Kinzo (2004) apontam que há um consenso quanto a existir uma tendência de instabilidade dos padrões de identificação na literatura internacional. No caso brasileiro, contudo, isto seria afetado sobremaneira pelos fatores históricos já mencionados: uma democracia sem longa experiência competitiva, partidos criados dentro do Estado e não sobre bases populares bem sedimentadas, somadas aí as características institucionais que promoveriam o enfraquecimento dos laços entre partidos e eleitores e agiriam no sentido contrário de produzir e consolidar identidades partidárias estáveis.

Nicolau (2010), em análise recente, assinala que o sistema eleitoral brasileiro tende a favorecer que os eleitores expressem suas preferências em termos não-partidários, pautados por fatores de curto prazo como a reputação individual dos candidatos, e disso deduz que os partidos brasileiros contam pouco para a decisão dos eleitores, acompanhando o “lento e generalizado declínio eleitoral dos partidos” nas democracias tradicionais.

1.2.2. O partido de massas brasileiro: uma anomalia

Mesmo em um contexto tão desfavorável, contudo, haveria uma “esperança”. Ora, em relação às outras legendas que inauguraram o regime democrático atual no Brasil, o PT era tido como uma novidade, o único partido que “emerge de baixo para cima” no sistema político brasileiro. Embora reconheça as críticas realizadas à excessiva normatividade do modelo de partidos de massas de Duverger, Meneguello (1989) admite a validade de seu eixo principal quanto à influência da ideologia na determinação das características organizacionais do partido, e da adequação de suas proposições na análise de partidos de esquerda. Segundo a autora, o PT seria por excelência o partido de massas brasileiro, diferenciado em relação aos demais partidos.

No contexto da formação dos partidos brasileiros, marcado pela “inexistência de qualquer agremiação de real caráter societário, independente do Estado e definida sobre bases populares bem sedimentadas” (Meneguello, 1989: pp. 39), o PT se diferenciaria. Em primeiro lugar, por sua própria fundação, que contou, basicamente, com o “novo sindicalismo”, com alguns setores dos movimentos urbanos envolvidos na militância na década de 70, com organizações de esquerda e com católicos progressistas. Decorrencia da origem diferenciada pela qual o partido de destaca seria a estreita ligação com suas organizações de base. O PT teria se constituído calcado na participação, inclusive pela necessidade de promover sua organização rapidamente para atender as exigências legais para legalizar o partido, onde os núcleos seriam a estrutura organizacional básica do partido. Keck (1991) descreve que os primeiros diretórios teriam se formado com base em redes de contatos dos membros do PT, em um processo informal de mobilização de parentes, amigos e lideranças sindicais conhecidas – o que tornaria mais fácil para o partido penetrar em locais onde já havia alguma organização previamente estabelecida. Ou seja, o papel dos membros e militantes teria sido elemento essencial do desenvolvimento do partido. Isto seria bastante distintivo em um quadro onde os partidos seriam frágeis do ponto de vista organizacional e carentes de enraizamento social.

Por fim, o próprio conteúdo político refletiria estas características, em uma orientação ideológica de esquerda voltada para a inclusão de setores até então marginalizados no sistema político brasileiro. Diante destas singularidades em termos de origem, organização e proposta política, afirma-se que o partido se apresentou na arena política brasileira sob um perfil que o enquadra no modelo de análise de Duverger, como

o primeiro partido de massas criado no Brasil: de origem externa, extra-parlamentar, de caráter societário; [que] apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; [...] Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela idéia ‘integralista’ de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanente, fora dos períodos eleitorais. Finalmente quanto à atividade política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais (Meneguello, 1989: pp. 36).

Essas formulações somente inauguram a produção sobre o partido, que é consensual no tocante à distinção do PT. Reis (2000), por exemplo, apostara no PT como única sigla capaz de penetrar no eleitorado produzindo identificação através de sua imagem de partido dos pobres e dos trabalhadores, para consolidar-se como o partido de massas brasileiro. Em meio aos baixos índices de identificação partidária no eleitorado brasileiro, o PT teria predominância entre aqueles que dizem se identificar a algum partido – ainda que negativamente, pois o partido sofreria também a maior rejeição. Assim, o partido seria o único a se distinguir de modo consistente em relação aos demais, contando com um tipo específico de eleitor (Samuels, 2004) além da maior ênfase dada às lutas sociais em detrimento da luta eleitoral-parlamentar, em especial se comparado com os demais partidos.

Não tarda, porém, a constatação de que as singularidades do partido seriam elas mesmas suas limitações. A ligação estreita com as bases, relacionada à definição de sua proposta ideológica, revelou em 1982 ter alcance limitado do ponto de vista do desempenho eleitoral. Já em 1986, segundo Meneguello, o partido repensaria sua estratégia eleitoral com vistas a ampliar sua capacidade representativa e expandir sua base social, o que passaria por postular-se em campanha como alternativa viável de governo.

Em análise mais recente Ribeiro (2010) leva a cabo, por assim dizer, este prenúncio de Meneguello. A tese do autor é que a dimensão de massa do PT é enfraquecida e que a evolução experimentada pelo partido ao longo de sua história poderia ser lida como um movimento de aproximação do Estado e de enfraquecimento dos vínculos com a sociedade civil. Para chegar à presidência o partido teria que ser “domesticado”, ampliando sua política de alianças e suavizando seu programa, opção que teria implicado penalizar a democracia interna ao passo que se oligarquizava a direção do partido.

Curiosamente, um movimento de expansão conduzido pela direção do partido acompanharia isso, quando a questão organizativa passa a ser tratada como assunto estratégico, o que leva o PT a fincar raízes nas várias regiões antes desabitadas pelo partido. Ambas as estratégias se combinariam na configuração da nova base do PT, e na evolução de partido de massa, baseado na militância, a partido profissional-eleitoral. A contrapartida seria que, o que o partido ganha em números com a expansão de sua base, perde em organicidade, participação e politização. Esta nova base seria “mais espalhada, popular, manobrável e disforme; menos concentrada, vanguardista, politizada e organizada” (Ribeiro, 2010: pp. 267-8).

Neste mesmo sentido um volume considerável de estudos trata do tema da mudança das bases do partido, mais voltados para a questão eleitoral do que organizativa, diferentemente de Ribeiro. Hunter (2007) também analisa a trajetória do PT, tendo em vista sua evolução eleitoral e as implicações que a expansão trouxe para o partido, que até a década de 90 perseguia um programa de esquerda radical, e concentrando-se mais na construção de uma organização forte do que na maximização de votos. Hunter argumenta que a estratégia de diferenciação à esquerda do PT teria sido benéfica em um contexto de baixa institucionalização partidária, onde ainda era possível se postular como uma alternativa, de modo que o PT constrói uma imagem sólida e transmite sua mensagem à população. Já ao final da década de 1990 o partido começaria a mudar sua estratégia buscando expandir seus votos para além do seu eleitorado com vistas a vencer as eleições presidenciais. Todavia, a reorientação do partido seria antes, segundo a autora, uma adaptação aos incentivos externos, econômicos – com a estabilização econômica uma alternativa radical seria menos aceitável – e institucionais, sobretudo. Para o PT isso significaria adaptar-se a um sistema fragmentado e fluído, de partidos clientelistas sem base sólidas. Conquistar parte majoritária dos votos neste contexto teria levado o PT a recorrer a estratégias de tipo *catch-all*. O novo perfil seria responsável pelos resultados de 2002, e o processo de “normalização” do partido, conforme caracteriza Hunter, é aprofundado em 2006, garantindo sua reeleição.

As eleições de 2006 ensejam uma série de estudos onde a hipótese correntemente levantada diz respeito à mudança de perfil do partido e ao deslocamento de suas bases, cujo principal fator evocado são os programas de assistência social da gestão federal que rende a Lula o voto dos grotões (Nicolau & Peixoto, 2007; Hunter & Power, 2007; Zucco,

2008; Singer, 2010). A noção de clientelismo, por sua vez, aparece para tratar do desempenho eleitoral de Lula nas eleições de 2006 e para descrever a transformação da base do partido, que teria perdido seus eleitores diferenciados em troca do voto dos eleitores mais pobres tidos tradicionalmente como mais conservadores – votos estes conquistados através da política assistencialista e do personalismo de Lula, aventando-se inclusive que o lulismo se sobreporia do petismo (Singer, 2010). Não seria, portanto, o apelo ideológico de um partido popular e classista, tampouco a investida da expansão organizacional que teria realizado a nacionalização do partido e trazido as massas para o PT.

A profissionalização do partido é lida então como um processo de degeneração no sentido de tornar-se de tipo *catch-all*, no qual o PT cede aos incentivos negativos do arranjo institucional – e da política brasileira em geral – de enfraquecimento das organizações partidárias e vai se tornando indistinto em relação às demais siglas. Em suma, se é no PT que a literatura enxerga algo mais próximo do modelo evolutivo desejável para os partidos políticos, descrito no modelo de partido de massas de Duverger, é também no PT que suas últimas expectativas se frustram quanto à possibilidade do partido estabelecer um contraponto de distinção em relação às demais organizações no sistema partidário brasileiro, como fica expresso em Hunter:

Passos inequívocos no sentido da normalização que privaria o sistema partidário brasileiro das muitas esperanças levantadas por sua mais promissora alternativa política (Hunter, 2007: pp. 475, tradução nossa).

1.2.3. Considerações parciais

Ora, dado todo o contexto descrito dos partidos brasileiros, como haveria de ser diferente? Se o declínio dos partidos europeus foi um processo histórico, a degeneração do único “partido de massas brasileiro” – referido como uma anomalia no título do trabalho de Hunter – parecia já estar anunciada a partir do momento que este resolve tornar-se uma alternativa eleitoral viável. Esta narrativa, contudo, ao tentar atribuir sentido e adjetivar a mudança do PT, parece ser antes categórica do que precisa na demonstração dos movimentos do partido. Constituindo-se como a própria exceção que conforma a regra, os desdobramentos da história do PT já poderiam ser deduzidos nos argumentos iniciais

de que no contexto brasileiro os partidos estariam comprometidos. Isso tudo se coloca como um problema à medida que se deixa de fornecer descrições satisfatórias da evolução do partido em longo prazo.

CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO E ELEIÇÕES LOCAIS

O presente capítulo explora como se desenvolveu a organização petista ao longo dos últimos 20 anos, no estado de São Paulo, buscando identificar padrões que podem significar a “ampliação”, a “manutenção” ou o “recuo” da estrutura do partido. Como foi visto no capítulo anterior, trata-se de um tema que incide em uma ampla discussão sobre os partidos enquanto organizações e das estratégias partidárias que visam tanto sua sobrevivência quanto seu êxito na arena eleitoral.

Para a análise do problema proposto, foram escolhidos dois elementos organizacionais, tradicionalmente utilizados para mensurar aspectos internos dos partidos políticos: 1) A quantidade de filiados e; 2) O lançamento de candidatos no nível local. São aspectos que podem denotar tanto estratégias de líderes partidários quanto adesões espontâneas de eleitores à organização, mas que não deixam de estar associados já que a legislação eleitoral exige uma quantidade mínima de filiados no município para que seja fundado um órgão do partido (diretório ou comissão provisória), e a existência deste é a condição básica para disputar eleições no distrito. Sendo assim, transformações no tamanho da base de filiados ou quanto ao lançamento de candidaturas serão interpretadas como movimentações da estrutura do PT, tanto no sentido de obter êxitos nas eleições como no sentido da manutenção da base e das lideranças do partido.

Em primeiro lugar, os dados de filiação do PT serão analisados, quando serão identificadas algumas transformações, principalmente, em algumas regiões do Estado. Em seguida, o lançamento de candidaturas será explorado, em um esforço que se ocupará dos cargos de prefeito e vereador. Trata-se de um recorte que incide sobre o debate em torno da relevância dos cargos no nível local para as estratégias partidárias. E, finalmente, será analisado o impacto nos resultados eleitorais dos movimentos identificados.

2.1. A base de filiados

Uma das maneiras correntes de tratar do fenômeno do partidarismo no conjunto da sociedade é a partir dos dados de filiados, a exemplo dos trabalhos de Russel Dalton, Richard Katz e Peter Mair, analisando o contexto europeu, e Martin Wattenberg, tratando da democracia norte americana. Para todos os autores citados, a despeito da progressiva queda no número de filiados a partidos políticos, refletindo a aproximação destas organizações ao Estado e correspondente distanciamento em relação à sociedade civil nas democracias ocidentais, estes dados permanecem sendo um dos indicadores mais relevantes para mensurar o alcance dos partidos na sociedade como um todo.

Nesse sentido, Guarnieri (2012) argumenta que ainda que a filiação possa não significar muito sobre a participação política efetiva dos membros na vida partidária⁶, este dado fornece alguma dimensão de quantas pessoas estão ao alcance do partido, indicando o tamanho de suas redes locais e do poder de mobilização da organização. Quanto ao Brasil, Guarnieri mostra que a despeito dos baixos níveis de identificação registrados, comparativamente a outros países a proporção de eleitores filiados é bastante alta. Em 2012 o TSE chega a registrar mais de 15 milhões de filiados, o que representa cerca de 10% do eleitorado brasileiro, ficando atrás da Argentina (33%) e da Áustria (17%), mas acima de média europeia, por exemplo, que é de 4,65%.

Scarrow (1994), por sua vez, recoloca o debate sobre a filiação partidária, que, segundo a autora, é entendida pela literatura como um recurso organizativo demasiadamente genérico. Assume-se correntemente que partidos têm interesse em ter membros, basicamente, ou pelo suporte financeiro ou pelo trabalho voluntário. Scarrow busca avançar e compreender melhor as possíveis funções concretas associadas à expansão da base de filiados, sistematizando uma série de pontos e contrapontos envolvidos na adesão massiva de membros. Uma primeira contribuição é distinguir entre membros ativos e não ativos, o que parece fundamental no contexto onde o ativismo militante deixa de ser predominante. Quanto aos não-ativos, aponta-se que a magnitude da base pode ser um

⁶ Posto que não há garantia de que esses eleitores participam ou não da vida partidária – e é provável que, em sua esmagadora maioria, não participem de fato. Indo além, é possível ainda que estes contingentes sirvam apenas como “massa de manobra” para disputas internas do partido, conforme aponta a argumentação de Ribeiro (2010) sobre o desenvolvimento do PT.

indicador positivo para a imagem do partido, sinalizando popularidade e, com isso, conferindo credibilidade à organização. Ademais, membros representam o capital eleitoral garantido do partido e podem atuar como multiplicadores de votos – seja através das redes de contato cotidianas, seja pela influência exercida no caso de membros com algum potencial enquanto formadores de opinião, em especial lideranças locais. Já entre os benefícios relacionados aos membros ativos, além da disposição de trabalho voluntário nas campanhas e nos ínterims entre as eleições nas tarefas locais da organização, estaria a possibilidade destes membros proverem ideias valiosas e servirem como canal de comunicação entre o partido e o restante do eleitorado. E, principalmente, estaria a possibilidade destes membros serem candidatos em potencial. Uma base ampla de filiados significa uma maior reserva disponível de candidatos eleitoralmente atraentes. O peso de cada um desses elementos, naturalmente, variaria muito entre os partidos ao longo do tempo, determinando o perfil dos membros que se tem interesse em atrair e o modo como isso será feito através de incentivos específicos.

Tudo isso posto, trabalhos como o de Braga et al. (2012) têm resgatado essa variável para descrever a difusão territorial dos partidos através da evolução dos níveis de filiação. No tratamento do PT, em especial, a variável sempre assumiu relevo dado que sempre foi destacada pela literatura a preocupação do partido, desde o início, em ampliar sua capilaridade organizativa e incrementar sua base de filiados. Keck (1991) aponta que já em 1982 se colocou como questão central para o PT expandir a organização do partido, que tinha metas ambiciosas de recrutamento e criação de diretórios, pretendendo àquele tempo estar presente em até 40% dos municípios brasileiros englobando, no mínimo, 70% do eleitorado nacional.

Trabalhos recentes como o de Ribeiro (2010) mostram que as transformações do partido já na situação no governo federal não deixaram de passar por um processo de expansão organizativa. Apesar do argumento mais geral de que o partido deixa de se basear na militância para tornar-se um partido profissional-eleitoral, aponta-se que a capilarização organizativa permanece sendo central para a estruturação do partido, responsável por sua nacionalização e pela expansão numérica de sua base. Amaral (2011), no mesmo sentido, pondera que o PT, mesmo depois de assumir a presidência, não teria deixado de ser permeável à participação da sociedade civil e à expansão de seus filiados, tendo sido capaz de estender sua cobertura territorial a todo o país no exercício do mandato.

A interiorização do PT e sua penetração nos menores municípios sempre foi uma das limitações do partido, que surge concentrado nas maiores cidades. Em 1985, 65% dos filiados estavam nas cidades com mais de 100 mil habitantes – que naquele ano abarcavam 47% da população. Até 2000, segundo Amaral, as iniciativas do partido em reverter este quadro teriam se dado mais no sentido de campanhas de filiação (como em 1987, 1992 e 1995), ainda neste momento esbarrando em uma série de limitações de recursos. Ribeiro aponta que as barreiras institucionais e organizativas começam a ser superadas a partir de uma forte investida da direção do partido reconhecendo a necessidade de abrir diretórios e realizar atividades partidárias no interior do país para superar a fragilidade organizativa, incompatível com seus objetivos de tornar-se mais competitivo eleitoralmente. O autor aponta que essa reestruturação teria sido facilitada pelo aumento de recursos disponíveis pelo fundo partidário, assim como pela crescente centralização das finanças pelo diretório nacional, além do aumento das contribuições estatutárias e das doações pela aproximação de setores do empresariado que multiplicam as receitas do partido.

Tabela 1. Organização do PT em São Paulo

	1980	1993	2000	2005
N municípios	570	625	645	645
PT organizado	70	335	485	624
%	12%	54%	75%	97%

Fonte: Ribeiro (2010)

A Tabela 1 indica a evolução das instâncias organizativas do partido – sejam diretórios municipais, sejam comissões provisórias – no estado de São Paulo. Em 2000 o partido está presente em $\frac{3}{4}$ do estado. Em 2005 a cobertura é quase total, sendo que os 21 municípios onde o partido não apresenta nenhum tipo de organização formal têm população inferior a 50 mil habitantes. Consoante a esse movimento, a base de filiados do partido se amplia consideravelmente ao longo das últimas décadas. O Gráfico 1 informa a evolução do contingente de filiados ao PT, incorporando também os dados do PSDB e PMDB, maiores partidos no estado, para referência de comparação.

Gráfico 1: Filiados aos maiores partidos em São Paulo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Sabe-se dos problemas de superestimação destes dados disponibilizados pelo TSE, pois não há um controle rigoroso de desligamento dos filiados. Todavia, para acompanhar a evolução temporal ou mesmo fazer a comparação entre os partidos o problema é mitigado já que a distorção se aplica igualmente a todos. Foram consideradas as totalizações acumulativas de cada partido. Acompanhando o total nacional, o PMDB é o partido com maior número bruto de filiados em função do capital herdado dos tempos do MDB. Em termos de crescimento, todavia, é o que menos avança dos três partidos. A razão entre o total de filiados no final e no início da série é de 1,3 para o PMDB, contra 4 para o PT.

Este último, por sua vez, conta logo no início da série, em 1994, com quase 110 mil filiados no Estado, o que significa 0,52% do eleitorado paulista àquela altura, quando 7% dos votantes paulistas tinha registro em algum partido. Até 2002 a base petista se mantém em patamar equivalente à do PSDB. Já em 2004, após a conquista da presidência, as filiações petistas chegam a 1% do eleitorado, quando o partido passa dos 200 mil registrados em 2002 a 300 mil filiados. Destaca-se que tamanho salto não foi dado pelo PSDB quando este conquista a presidência. Ao final do período, em 2012, são 441 mil membros registrados, o equivalente a 1,41% do eleitorado. O “grosso” dessa base está concentrado nos maiores municípios de São Paulo, representando, em média, 63% da

base petista. Há de se destacar, todavia, que o estrato de municípios com eleitorado inferior a 50 mil cresce significativamente se considerado seu peso no início do período. Em termos relativos, é nessa faixa que se registra a variação interna mais pronunciada, sobretudo após 2002. Para captar melhor essa evolução relativamente ao próprio estrato, o Gráfico 2 apresenta estes mesmos dados tendo como unidade de análise os municípios. Cada ponto marca a média do percentual de filiados das cidades contidas em cada estrato.

Gráfico 2. Médias percentuais dos filiados ao PT nos municípios paulistas

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A linha pontilhada representa o percentual de filiados considerando o total do eleitorado paulista. Até 2002 apenas a faixa dos municípios com eleitorado superior a 200 mil se mantém acima da média geral, descolada das demais faixas. Já a partir de 2002 a linha dos municípios menores decola, para sua média alcançar a do estrato onde, até então, a densidade da filiação petista era mais alta. Esses dois estratos passam então a registrar o percentual médio mais elevado de filiados ao PT.

Esses dados devem ser lidos no contexto do movimento de expansão verificado pelos autores supracitados, conduzido pela direção, de chegada do PT aos menores municípios, antes desabitados pelo partido. Em 2003 toma lugar uma campanha de filiação em massa, iniciada com o objetivo de recuperar petistas históricos, assim como atrair novos militantes, capitalizando o sucesso eleitoral atingido por Lula em 2002. A campanha

disponibilizaria um serviço telefônico gratuito e um sítio na internet para receber o contato dos interessados na filiação. A ampliação, portanto, estaria ligada à construção de uma máquina partidária mais eficiente, mas também à redução das barreiras de inclusão e dos custos de participação do filiado na vida da agremiação, ambas proporcionadas pelas regras do estatuto interno formalizado já em 2001, quando se aprova, por exemplo, a possibilidade de adesões coletivas junto às executivas municipais. Naturalmente, tais avanços não se deram isentos de tensões internas, sob acusação de inchaço por parte algumas alas do partido. A estratégia teria como contrapartida à expansão da base a perda de organicidade, participação e politização. Esta nova base seria “mais espalhada, popular, manobrável e disforme; menos concentrada, vanguardista, politizada e organizada” (Ribeiro, 2010: pp. 282).

Qual seria, contudo, o objetivo deste movimento? A literatura sobre filiação partidária apresentada anteriormente aborda também uma série de custos envolvidos na incorporação de grandes contingentes de filiados, dentre eles, desperdício de recursos e aumento dos riscos de instabilidade interna. Em contrapartida, o recurso a novos filiados poderia servir às facções internas como meio de disputar poder nas instâncias decisórias, o que se constitui como um dos *trade-offs* envolvidos na incorporação de novos filiados ao partido. Sob esse aspecto, as contradições desse movimento de massificação do PT são tratadas com riqueza por Ribeiro, que interpreta a expansão organizativa na chave de um movimento mais amplo de constituição de um novo equilíbrio de poder interno ao partido, no qual as lideranças mais populares passam a apelar diretamente a essa nova base através de eleições diretas (PEDs), com o objetivo de isolar os setores mais à esquerda e as lideranças intermediárias e consolidar assim sua hegemonia interna.

Haveria, todavia, outros aspectos, conforme elenca Amaral (2011), envolvidos na atração de novos membros. Dentre eles, a disposição de mão de obra voluntária que um grande contingente de filiados torna disponível ao partido, relevante para as atividades de campanha eleitoral, além da ampliação da oferta de potenciais candidatos, seja a postos administrativos controladas pelo partido, seja a cargos eletivos que o partido buscará preencher. Este último ponto, que diz respeito ao recrutamento de candidaturas, será tratado na seção seguinte, que explorará a ocupação do território paulista pela organização partidária.

2.2. O lançamento de candidaturas no nível local

O impacto da mídia de massa na dinâmica dos processos eleitorais contemporâneos é indiscutível, e a literatura correntemente aponta como a alternativa a esse recurso vem se sobrepôr aos incentivos de que os partidos invistam nos meios tradicionais de organização, já que as lideranças podem apelar diretamente aos eleitores através da televisão.

De outro lado, os recursos organizacionais não deixam de ser percebidos pela literatura como relevantes, não somente do ponto de vista dos retornos eleitorais, mas já desde o destacamento de candidaturas, especialmente no nível local. Frendreis et al. (1990) apontam que o comportamento de um partido resulta de uma conjunção entre constrangimentos e/ou oportunidades do ambiente institucional e os recursos dos quais dispõe a organização, notadamente seu capital físico e humano. As instâncias partidárias locais seriam responsáveis por promover uma série de atividades eleitoralmente relevantes, fornecendo suporte às campanhas e fazendo o partido chegar aos eleitores.

Van Dyck (2013) argumenta ainda que os partidos nascidos na oposição de regimes autoritários teriam sido forçados a investir fortemente em infraestrutura local num dado momento de sua trajetória, e ainda que a falta de acesso à mídia de massa tenha mudado ao longo do tempo, permaneceriam resquícios dessa forma de estruturação. Van Dyck argumenta também que nas eleições locais a presença organizativa dos partidos não poderia ser substituída por qualquer outro meio nas atividades que vão desde a organização de espaços de integração do partido, da passagem de porta em porta até a distribuição de informação escrita.

Além desses aspectos levantados, passa pela presença do partido o recrutamento de candidaturas para competir no nível local. Apresentar candidaturas para disseminar o programa do partido, incrementar sua organização e envolver novos membros foi apontado como questão estratégica para o PT por Keck (1991), de modo que o partido seria incentivado a lançar candidatos exaustivamente, mesmo quando sem chance de sucesso. Menguello (2012), em trabalho mais recente, destaca como a oferta de candidatos continua sendo ferramenta para compreender a consolidação das estruturas partidárias, sobretudo no caso do PT.

Partindo desse enfoque, iremos examinar o lançamento de candidaturas pelo PT no nível local. A Tabela 2 apresenta, para cada ano, o número de municípios onde o partido lançou candidato a prefeito (P) e a vereador (V), estratificados de acordo com a magnitude do eleitorado.

Tabela 2. Lançamento de candidaturas municipais em São Paulo

	1996		2000		2004		2008		2012	
	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V
Mais de 200 mil (25)	24	25	22	25	22	25	18	25	20	25
100 a 200 mil (27)	13	27	17	27	21	27	13	27	18	27
50 a 100 mil (55)	39	54	34	55	39	55	22	54	37	54
Até 50 mil (538)	90	247	90	288	214	488	156	467	173	497
Geral (645)	166	353	163	395	296	595	209	573	248	603

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A ausência de candidatura a prefeito não significa necessariamente ausência do partido, compreendendo também casos onde se opta por integrar uma coalização e abrir mão da cabeça de chapa para outro partido. Já os lançamentos para vereador funcionam como indicador para a presença efetiva do partido, já que a condição básica para concorrer é contar com alguma instância organizativa no município, ao mesmo tempo em que o dado sinaliza o mínimo de atividade para além do registro da instância.

A concentração do PT dos municípios maiores fica evidente nos dados, posto que o partido garante oferta de candidaturas municipais – seja a vereador ou a prefeito – com mais sistematicidade nos municípios com eleitorado superior a 200 mil. Observa-se que até a terceira faixa, dos municípios com, no mínimo, 100 mil eleitores, o PT lança candidatos a vereador quase que sistematicamente, em todas as eleições. A fragilidade se esboça nas faixas contendo os menores municípios, e será contornada a partir de 2004, quando a ausência de candidato a vereador se dá em apenas 8% dos municípios, todos eles com menos de 50 mil habitantes.

Ribeiro (2010) já havia chamado atenção para este salto que o PT dá nacionalmente na eleição de 2004, marcando a sua chegada aos municípios menores, onde até então sua implementação era frágil. O critério do autor para considerar o partido capilarizado em

determinada cidade é eleger ao menos um representante para o legislativo municipal. Sendo assim, o crescimento nas eleições de 2004 seria bastante pronunciado, pois o PT passa a ter vaga em 42% das Câmaras Municipais do país, contra 27% em 2000 e 21% em 1996. Tendo em vista este critério, a Tabela 3 informa em quantos municípios o partido lançou candidatos a vereador e em quantos ele elegeu ao menos um representante no legislativo municipal ao longo dos anos, enquanto a tabela seguinte complementa esse dado informando o total de candidaturas a vereador lançadas e eleitas pelo PT em cada uma das faixas de municípios.

Tabela 3. O PT nas eleições para vereador em São Paulo (N municípios)

	1996		2000		2004		2008		2012	
	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege
Mais de 200 mil (25)	25	22	25	22	25	23	25	22	25	24
100 a 200 mil (27)	27	17	27	22	27	21	27	20	27	24
50 a 100 mil (55)	54	28	55	40	55	34	54	29	54	43
Até 50 mil (538)	247	74	288	122	488	224	467	229	497	290
Geral (645)	353	141	395	206	595	302	573	300	603	381

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Tabela 3.1. O PT nas eleições para vereador em São Paulo (N candidatos)

	1996		2000		2004		2008		2012	
	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege
Mais de 200 mil (25)	530	76	638	106	730	81	624	72	815	88
100 a 200 mil (27)	425	30	507	46	479	46	414	46	606	58
50 a 100 mil (55)	739	65	896	88	804	63	618	53	1.005	84
Até 50 mil (538)	1.851	115	2.122	191	3.774	327	3.166	349	4.131	441
Geral (645)	3.545	286	4.163	431	5.787	517	4.822	520	6.557	671

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Na primeira eleição da série, em 1996, o PT lança candidato a vereador em 353 municípios e elege ao menos um vereador em 141 deles, o que representa 22% do total de municípios paulistas. Em termos de candidaturas lançadas, isso significa lançar mais candidatos em todos os estratos de municípios, incrementando em 17% o total de candidaturas lançadas (sendo que a razão de aumento do número de candidatos lançados entre 2000 e 1996 é quase a mesma em todos os estratos). Se até então São Paulo acompanhava o cenário nacional no que diz respeito à presença nos legislativos municipais, em 2000 o estado passa um pouco a frente quando o partido lança candidato a vereador em 395 municípios, se fazendo representar em 32% das câmaras municipais paulistas – lembrando que este ano o partido se elege também na prefeitura da capital.

Em 2004 é notável a ampliação da oferta de candidaturas, consoante ao fato de que a esta altura o partido está organizado em quase a totalidade dos municípios, conforme os dados de Ribeiro apresentados na Tabela 1 acima. São mais 1.624 candidatos a vereador, o que representa um aumento de 39% em relação à oferta da eleição anterior. Considerando o porte dos municípios, todavia, vemos que esse aumento se dá quase exclusivamente no estrato dos menores, onde quase se duplica o total de vereadores lançados, além de ser apenas nesse estrato que o PT aumenta o número de vereadores eleitos. O resultado é um incremento de quase uma centena de municípios onde o partido logra obter representação no legislativo municipal, que o leva a estar presente em quase metade das municipalidades paulistas. Dentre aqueles onde não elegia em 2000 e passa a eleger em 2004 (163 casos), 95% têm eleitorado inferior a 50 mil habitantes. Ou seja, em 2004 a investida do PT é para entrar nos menores municípios.

Na eleição seguinte, em 2008, há um refluxo quanto à oferta de candidaturas, em todos os estratos, com a diminuição média de 17% do número de candidaturas lançadas. A implicação disso em termos de sucesso eleitoral, entretanto, não parece significativa, dado que o partido mantém-se representado em quase metade das câmaras municipais paulistas e conserva o patamar de candidatos eleitos de 2004, ainda que ofertando menos candidaturas. Será na eleição seguinte, a de 2012, que o partido irá ultrapassar esse patamar, elegendo vereador em pouco mais de 60% dos municípios. Nesta eleição amplia-se tanto a oferta como o total de candidatos eleitos, em todos os estratos de municípios.

No estrato dos municípios cujo eleitorado é superior a 200 mil, o PT elege vereador em todas as eleições, de 1996 a 2012, em 80% das unidades. No estrato daqueles com

eleitorado entre 100 e 200 mil, de 60% dos municípios o partido passa a estar presente em 90%, elegendo vereador em todas as eleições em 45% deles. Entre os municípios com até 100 mil eleitores, de 50% o partido passa a estar presente em 80% das unidades, sendo assíduo na eleição de vereadores em 22% dos municípios. Já nos menores municípios, com eleitorado inferior a 50 mil habitantes, também há crescimento, pois se em 1996 o PT contava com representante em 40% dos 538 municípios, em 2012 o percentual passa para 63%. Todavia, apenas em 5% destes municípios o partido elege vereador todas as eleições consideradas. No total, apenas em 73 municípios o partido elege candidato nas cinco eleições consideradas.

Os mapas seguintes, por sua vez, ilustram estes dados no território, representando cada município em relação à sua condição na eleição anterior em termos de capilaridade, partindo de 1996. A cor verde sinaliza aqueles municípios onde o partido elegeu vereador sem ter tido representação no legislativo municipal na eleição anterior. Os municípios em azul são aqueles onde o partido já havia elegido vereador e mantém-se representado na Câmara Municipal. Em cinza claro estão os municípios onde o partido não havia elegido e permanece sem eleger vereador, e em cinza escuro os casos em que o partido perde representação onde tinha anteriormente. Sobrepostos estão os contornos das regiões administrativas de São Paulo.

Figura 1. Capilaridade do PT em São Paulo em 1996

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Figura 2. Capilaridade do PT em São Paulo em 2000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Figura 3. Capilaridade do PT em São Paulo 2004

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Figura 4. Capilaridade do PT em São Paulo 2008

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Figura 5. Capilaridade do PT em São Paulo em 2012

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Considerando os recortes das regiões administrativas, em 1996, a região onde o PT estava presente no maior número de municípios era a Grande São Paulo (RGSP), tendo eleito algum representante no legislativo municipal em 46% dos 39 municípios, seguida da região de Santos. Na região de Ribeirão Preto e nas vizinhas de Franca e Central o partido está relativamente presente, assim como na região de Campinas, sendo estas as regiões onde o PT elege vereador em um percentual de municípios acima do total do estado (22% dos 645 municípios).

Na eleição seguinte, em 2000, conforme mostra a Figura 2 acima, o partido elege em mais municípios nas regiões de Registro e São José dos Campos, ambas contíguas aos extremos da região de Santos, e na região de Bauru, vizinha das regiões de Campinas e região Central. A essa altura são essas as regiões onde a presença do PT está acima da média geral, que é de 32%. Em praticamente todas essas regiões o partido se expande na eleição de 2004, incluindo a região de Sorocaba, estando nelas presente em ao menos metade dos municípios. A diferença de dois municípios entre a eleição de 2008 e a de 2004 resulta do partido deixar de eleger vereador em 101 municípios (dos 80% com menos de 50 mil habitantes), e passar a eleger em outros 99 (dos quais 87% estão também entre os menores

municípios), todos espalhados pelo território. Em 2012 o PT sai do legislativo municipal em 53 municípios, mas passa a se eleger em 134, resultando em certa expansão em relação à 2008.

Ao descrever a dinâmica regional de estruturação do partido, Keck (1991) aponta para a diversidade dos processos de acordo com a natureza do grupo que se responsabilizara pela organização do partido em cada estado. Em São Paulo, a estruturação do partido na região de São Paulo teria passado pela ativação de uma rede de contatos pessoais que se ramificava em várias direções, tendo como núcleo o ABC paulista. A formação de diretórios em novos municípios, segundo a autora, começava pelo contato pessoal com amigos ou parentes de membros do partido ou de líderes sindicais conhecidos numa determinada área, em um processo relativamente informal de penetração do território, que transcorreriam mais facilmente em locais onde já havia algum tipo de organização pré-existente. Ribeiro argumenta no sentido contrário de que a estruturação do partido, já em um momento inicial, teria se dado em um movimento de difusão territorial, sem um centro forte controlando a expansão, de modo que o núcleo paulista funcionaria antes como um “amálgama simbólico” de onde se irradiou a construção da identidade partidária.

À parte da discussão do movimento ser dirigido ou não por um núcleo centralizador, os mapas revelam certa dispersão quanto aos movimentos de entrada do partido nos municípios. O que se identifica é que concentração inicial se dá no eixo que vai da região Grande São Paulo à região de Ribeirão Preto, e que é este o local de manutenção da presença do partido. A ocupação do território em direção ao noroeste e sudoeste paulista se dá em movimentos de expansão e retração descontínuos, revelando os esforços da organização para entrar na miríade de municípios cujo contingente eleitoral é inferior a 50 mil habitantes. As flutuações acima descritas indicam que a expansão para esses locais não implica no enraizamento do partido, que enfrenta dificuldade para firmar presença e se território paulista para além do “núcleo duro”.

Quanto ao pleito de prefeito, o lançamento de candidaturas é relativamente fraco. Até a eleição de 2000, o partido lança menos candidatos que o PSDB, o PMDB, o PFL e o PTB (e também o PPB em 1996). A sistematicidade mais alta se dá na faixa dos municípios maiores. Na primeira eleição, de 1996, o partido elege 13 prefeitos no estado. Em 2000, embora não amplie o número total de prefeituras que disputa, o partido colhe melhor desempenho em todas as faixas em termos do número de prefeituras conquistadas, que

quase triplica. A Tabela 4 traz esses dados, indicando o número de municípios onde disputa e o total de prefeituras conquistadas em cada faixa, de maneira análoga aos dados para vereador apresentados na Tabela 3 anterior.

Tabela 4. Eleições para prefeito em São Paulo

	1996		2000		2004		2008		2012	
	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege
Mais de 200 mil (25)	24	4	22	7	22	4	18	6	20	8
100 a 200 mil (27)	13	-	17	4	21	7	13	9	18	5
50 a 100 mil (55)	39	5	34	8	39	6	22	5	37	8
Até 50 mil (538)	90	4	90	17	214	40	156	43	173	50
Geral (645)	166	13	163	36	296	57	209	63	248	71

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Consoante à dinâmica do legislativo, em 2004 há um incremento no total de candidaturas oferecidas, quando o PT apresenta 296 candidatos, o número máximo de toda a série. O partido se mantém concorrendo em 121 municípios onde concorrera em 2000, abre mão de concorrer em cerca de 40, e passa a lançar em 175 municípios, dos quais 90% têm menos de 50 mil habitantes. O saldo desta ampliação é que 21 destas 175 candidaturas logram na conquista da prefeitura, das quais 20 são nos municípios menores. Tal como para vereador, a aceleração quanto ao lançamento de candidaturas não é verificada na eleição seguinte. Em 2008 o partido reduz o número de candidaturas em todas as faixas, caindo para 209 o total de prefeituras disputadas, muito embora ele não seja tão penalizado quanto ao número de executivos municipais conquistados. Em 2012 o partido recupera um pouco o total de cidades onde concorre, assumindo o maior número de prefeituras da série.

O impulso no lançamento de candidaturas em 2004, tanto para o executivo como para o legislativo municipal, em compasso com a expansão da base de filiados, converge com o argumento de Ribeiro acerca do movimento pós-eleição de 2002 em que o partido investe em capitalizar o salto eleitoral dado na primeira eleição de Lula. O Gráfico 3 apresenta o tempo médio da filiação dos candidatos no momento da eleição medido em anos, a partir

de 2000⁷, no intuito de observar se há alguma mudança no perfil deste novo plantel de candidaturas lançadas.

Gráfico 3. Média do tempo de filiação dos candidatos (anos)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Naturalmente, espera-se um aumento vegetativo da média conforme passam os anos. Observa-se que, em relação a 2000, as médias de 2004 diminuem e não aumentam. Esses dados não permitem dizer se a iniciativa é deliberada por parte da direção do partido, de recrutar mais candidatos no intuito de disputar em mais municípios, ou se o partido torna-se mais atraente pelo sucesso na presidência e também mais permeável ao ingresso de novos aspirantes à carreira política.

As informações da Tabela 5 enriquecem essa informação ao isolar o perfil das candidaturas lançadas especificamente em municípios cuja condição é não ter lançado candidato a prefeito na eleição anterior. Em 2004 verifica-se algo destoante do padrão dos demais anos. Das 175 candidaturas que concorreram onde o PT não concorria (quase 80% dos casos), 123 não apresentavam histórico de eleição para outro cargo eletivo e

⁷ Para tratar das trajetórias dos candidatos foram utilizados os dados do TSE, cuja chave para identificar os indivíduos é o título de eleitor, já que a grafia dos nomes pode variar de eleição a eleição. Esta é a variável que possibilita também integração dos dados eleitorais com os dados de filiação partidária. Todavia, nos dados fornecidos para as eleições de 1996, os números do título eleitoral dos candidatos estão corrompidos. Como a associação por nome é muito imprecisa, optou-se por deixar 1996 de fora quando fossem necessários cruzamentos dessa natureza.

tinham, em média, 3 anos de filiação. Ademais, dos 52 que haviam concorrido na eleição anterior, 32 eram oriundos de outro partido, e apenas 20 haviam concorrido pelo PT em 2000.

Tabela 5. Histórico eleitoral dos novos candidatos

		Nunca concorreu	Concorreu pelo PT	Demais partidos	Total
2000	N	59	11	1	71
	Tempo filiação	6,5	9	1	7,1
2004	N	123	20	32	175
	Tempo filiação	3,1	9,7	1,3	3,5
2008	N	33	19	12	64
	Tempo filiação	7,9	9,7	1,7	7,3
2012	N	68	33	17	118
	Tempo filiação	6,5	13	1,2	7,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Estes dados, quando interpretados à luz do processo de ampliação da base iniciado já em 2001 com a aprovação do novo estatuto, sugerem que a ampliação da oferta de candidaturas em 2004 se relacionou à incorporação significativa de capital humano pelo partido, ou mesmo fora propiciada por ela.

Tal padrão não irá se repetir nas eleições seguintes, conforme revelam os dados, sobretudo aqueles relativos ao tempo médio de filiação dos candidatos ingressantes. Olhando para o conjunto do total de candidaturas, isso se revela pelo fato de que cai de 42% para 27% entre 2004 e 2008 o percentual de candidatos a prefeito lançados sem histórico de competição no nível municipal, e de 13% para 10% os candidatos oriundos de outros partidos. Também considerando os candidatos a vereador há mudança. Entre 2004 e 2008 vai de 71% para 60% o percentual de candidatos sem histórico de disputa. Em 2012 há outro aumento sensível do percentual de candidatos sem histórico, para ambos os cargos. Entretanto, mesmo o perfil dos candidatos sem histórico parece diferente em 2004 comparativamente aos demais anos se observado o tempo de filiação no partido. Ademais, mantém-se a diminuição do percentual de candidatos oriundos de outros

partidos, considerando o conjunto do total de candidaturas lançadas, seja a prefeito, seja a vereador.

2.3. Dinâmica local e efeitos eleitorais

No intuito de observar os efeitos eleitorais dos movimentos descritos, resumiremos os saldos obtidos pelo partido em comparação às demais forças de relevo no estado. Em termos de rendimento dos esforços de lançamento de candidaturas, as eleições de 1996 marcam o pior desempenho do partido. Apenas 8% dos candidatos a prefeito lançados se elegem, e em 40% dos municípios onde concorre o partido alcança representação da câmara legislativa municipal. Isso significa para o partido deter 2% das prefeituras de São Paulo e 4% do total de vereadores do estado, deixando o partido na oitava posição na ordenação dos partidos segundo o percentual de prefeitos eleitos – que em geral é a mesma tratando-se de vereadores. Nessa primeira eleição o maior partido no estado é o PSDB, com 37% das prefeituras, seguido do PMDB e PFL, ambos com 18%. O PT fica ainda atrás do PTB, PDT e PL.

A partir de 2000 o saldo eleitoral da oferta de candidatos passa a ser mais acentuado. Para aos executivos municipais, de 8% passa a 22% a razão entre candidatos eleitos e candidatos lançados. Quanto aos legislativos municipais, a razão passa a ser superior a 50%, guardadas as variações de acordo com o porte dos municípios – na faixa dos menores municípios o PT elege vereador em 42% dos municípios onde apresenta candidato, na faixa dos municípios maiores elege em 88% dos municípios – e é mantida constante a partir daí. Com isso o PT passa a quinto colocado, ainda atrás do PSDB, que se mantém como o maior detentor de cargos – embora com menos força –, PMDB, PFL e PTB, todos estes com, no mínimo, 10% das cadeiras para ambos os pleitos enquanto o PT tem 52%.

Em 2004 essa distribuição não se altera. A despeito do maior esforço do PT no que diz respeito ao lançamento de candidaturas, o partido não chega a deter 10% dos postos de governo no nível municipal em São Paulo. O rendimento para ambos os pleitos é praticamente o mesmo e o desempenho dos demais partidos, por sua vez, pouco se altera.

Em 2008 a primeira alteração a ser destacada diz respeito à queda do PMDB, que cede o segundo lugar para o ex-PFL, agora DEM. O PT empata com o PTB quanto à posse de prefeituras, mas perde quanto ao total de cadeiras ocupadas no legislativo municipal. Nesta eleição, o rendimento das candidaturas a prefeito é de 30%, consideravelmente superior em reação à 2004. A eleição de 2012, por fim, marca uma sensível melhora do

partido, que pela primeira vez ultrapassa os 10% na posse de prefeituras e mandatos de vereador, ficando em terceiro lugar, depois do PSDB e do PMDB – o DEM perde seu posto em virtude da evasão de quadros para o recém formado PSD. Ou seja, os melhores resultados nessas duas últimas eleições não se atribuem ao fato do partido lançar candidatos em um número maior de municípios, mas sim à redução do número de municípios onde não consegue atingir o quociente partidário e ao melhor desempenho das candidaturas lançadas.

Tabela 6. Número de vezes em que o partido está entre os três mais votados do primeiro turno nos 20 maiores municípios do estado de São Paulo (não incluída a capital)

	1988	1992	1996	2000	2004	2008	Total
PT	13	16	15	18	19	16	97
PSDB	4	8	13	12	13	15	65
PMDB	11	13	6	1	4	5	40
PTB	13	9	7	4	2	1	36
PDT	5	3	3	3	5	2	21
PFL/DEM	3	1	5	5	3	3	20
PSB	3	1	2	3	3	5	17
PPS	0	0	1	8	3	3	15
PDS/PPB/PP	4	3	5	2	0	0	14
Outros	4	5	3	3	7	10	32

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Restringindo o recorte aos 20 maiores municípios do estado, conforme exhibe a Tabela 6 acima, o partido fica entre os três mais votados o maior número de vezes em comparação a todos os demais já desde 1988. Este dado vem somente reforçar o que já foi inúmeras vezes apontado quanto à presença heterogênea do PT em São Paulo, mais forte nas grandes cidades. Mais tímidos no intervalo entre 1996 e 2000, é em 2004 que tomam impulso os esforços no sentido de chegar nos menores municípios, do que tomou-se como evidência 1) a adesão de novos filiados, e 2) a expansão do ponto de vista do número de candidaturas lançadas e presença nos legislativos municipais.

Espera-se, conforme indicado pela literatura, que estes dois aspectos estejam associados, pelo simples motivo de que quanto mais pessoas sob o alcance das redes do partido, maior

a disposição de candidatos em potencial. Uma comparação entre as médias percentuais de filiação entre os municípios onde o partido lança ou deixa de lançar candidato a vereador confirma esta expectativa. Os municípios onde o partido lança candidato a vereador têm, em média, o dobro do percentual de filiados do que os municípios onde não lança, lembrando que estes últimos casos se restringem aos municípios menores com o passar do tempo.

Analisando estes mesmos dados em perspectiva um pouco mais dinâmica, outros pontos interessantes se revelam. A Tabela 7 informa a média do crescimento percentual de filiados nos municípios entre duas eleições, e estes municípios estão classificados de acordo com a variação no comportamento do partido quanto ao lançamento de candidato entre eleições correspondentes. No primeiro intervalo se observa que, nos municípios onde em 1996 o PT não lançou candidato a vereador e que em 2000 passou a lançar, aumentou o percentual de filiados, na média, em 0,52%, valor superior à média dos demais casos, em especial dos casos onde ele permanece não lançando. Ou seja, a associação vai ao encontro do que diz a literatura referida acima.

Tabela 7. Lançamento de candidaturas e crescimento da base de filiados

		Deixa de lançar	Permanece não lançando	Passa a lançar	Permanece lançando	Total geral
1996- 2000	Mais de 200 mil	-	-	-	0,09%	0,09%
	100 a 200 mil	-	-	-	0,10%	0,10%
	50 a 100 mil	-	-	0,03%	0,05%	0,05%
	Até 50 mil	-0,01%	0,04%	0,52%	0,15%	0,15%
	N total	47	203	89	306	645
2000- 2004	Mais de 200 mil	-	-	-	0,23%	0,23%
	100 a 200 mil	-	-	-	0,24%	0,24%
	50 a 100 mil	-	-	-	0,14%	0,14%
	Até 50 mil	0,12%	0,20%	0,85%	0,40%	0,55%
	N total	6	44	206	389	645
2004- 2008	Mais de 200 mil	-	-	-	0,22%	0,22%
	101 a 200 mil	-	-	-	0,23%	0,23%
	51 a 100 mil	-0,02%	-	-	0,14%	0,13%
	Até 50 mil	-0,03%	0,00%	0,95%	0,30%	0,29%
	N total	43	29	21	552	645
2008- 2012	Mais de 200 mil	-	-	-	0,05%	0,05%
	102 a 200 mil	-	-	-	0,05%	0,05%
	52 a 100 mil	0,05%	-	-0,01%	0,06%	0,06%
	Até 50 mil	0,06%	-0,01%	0,58%	0,23%	0,24%
	N total	14	28	44	559	645

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Quanto aos saldos eleitorais propriamente ditos, a Tabela 8 fornece a média do percentual de filiados nos municípios onde o partido elege e onde não elege, considerando somente os municípios onde disputa, cujo número de casos é informado na última linha de cada ano. Em geral, a média da quantidade de filiados é maior nos municípios onde elege do que onde não elege, para ambos os pleitos.

Tabela 8. Lançamento de candidaturas e crescimento da base de filiados

		VEREADOR			PREFEITO		
		Não elege	Elege	Geral	Não elege	Elege	Geral
1996	Mais de 200 mil	0,4%	0,9%	0,9%	0,8%	1,3%	0,9%
	100 a 200 mil	0,4%	0,7%	0,6%	0,6%	-	0,6%
	50 a 100 mil	0,5%	0,6%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%
	Até 50 mil	0,7%	0,8%	0,7%	0,7%	1,4%	0,7%
	N	212	141	353	153	13	166
2000	Mais de 200 mil	0,5%	1,0%	1,0%	0,7%	1,7%	1,0%
	100 a 200 mil	0,5%	0,8%	0,7%	0,6%	0,9%	0,7%
	50 a 100 mil	0,6%	0,7%	0,6%	0,6%	0,8%	0,7%
	Até 50 mil	0,8%	0,9%	0,8%	0,9%	1,3%	1,0%
	N	189	206	395	127	36	163
2004	Mais de 200 mil	0,6%	1,3%	1,2%	0,9%	2,3%	1,2%
	100 a 200 mil	0,7%	1,1%	1,0%	0,9%	1,2%	1,0%
	50 a 100 mil	0,7%	0,9%	0,8%	0,9%	0,8%	0,8%
	Até 50 mil	1,0%	1,6%	1,3%	1,4%	1,8%	1,5%
	N	293	302	595	239	57	296
2008	Mais de 200 mil	0,8%	1,6%	1,5%	1,1%	2,7%	1,7%
	100 a 200 mil	0,7%	1,4%	1,2%	1,6%	1,6%	1,6%
	50 a 100 mil	0,8%	1,0%	0,9%	1,2%	1,2%	1,2%
	Até 50 mil	1,3%	1,9%	1,6%	1,6%	2,0%	1,7%
	N	273	300	573	146	63	209
2012	Mais de 200 mil	0,7%	1,6%	1,5%	1,4%	2,1%	1,7%
	100 a 200 mil	0,9%	1,3%	1,3%	1,3%	1,4%	1,3%
	50 a 100 mil	0,7%	1,1%	1,0%	1,0%	1,4%	1,1%
	Até 50 mil	1,5%	2,0%	1,8%	1,9%	1,8%	1,9%
	N	222	381	603	177	71	248

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Sem a pretensão de tecer qualquer inferência causal, o que esses dados apontam são associações intuitivas, em última instância, de que, comparativamente, onde há mais

esforços organizacionais, ou seja, onde o incremento de filiados é maior o partido tende a ter melhor desempenho eleitoral, dadas todas as oscilações no tempo, pois em um momento inicial de estruturação estes esforços devem ser mais decisivos do que em um momento onde a organização já se estabilizou.

Em termos de desempenho eleitoral, todavia, o marco parece se dar já em 2000, quando o partido praticamente triplica número de executivos municipais que controla, e garante presença em ao menos metade dos municípios onde lança candidato a vereador. Ou seja, neste momento o partido já apresenta desempenho melhor nos locais onde disputa – notadamente nas maiores cidades, onde o partido dobra o número de prefeituras conquistadas – e a relação entre candidaturas lançadas e eleitas alcança percentuais que se manterão relativamente estáveis nas eleições subsequentes. Ademais, 2000 é a eleição na qual o PT conquista da prefeitura da capital.

As eleições de 2004 são marcadas, portanto, menos pelos dividendos eleitorais alcançados e mais pela chegada do partido nas cidades menores. O desacelerar na eleição seguinte sugere duas interpretações. A primeira diz respeito ao aprendizado estratégico de que lançar muitos candidatos pode ter custos que não são compensados por aquilo que se conquista, fazendo o partido reconhecer seu “teto” e mudar a estratégia na eleição seguinte, tornando-se menos permeável a lançar novas candidaturas.

De outro lado estão os fatores “sistêmicos” e o contexto mais geral de desempenho do partido. Entre 2002 e 2006 o PT apresenta variação negativa em sua votação para os demais níveis de disputa em todos os estratos de municípios, e esta piora no desempenho deve desencorajar o partido a se lançar como cabeça de chapa nas eleições municipais de 2008. Um achado que possivelmente reforça isso é que, em 2008, o partido deixa de ser cabeça de chapa em um número maior de disputas entre as maiores cidades do estado para integrar coligações, a exemplo de Campinas. Citamos este caso, pois o partido apresentava uma trajetória sólida no município, havia estado no controle da prefeitura duas vezes (1988 e 2000), e apenas em um ano não fica entre os três mais votados (1992). Tendo 1% de diferença em relação ao PDT na eleição de 2004, que acaba saindo vitorioso do segundo turno, o PT deixa de competir na eleição seguinte para integrar a coligação que o derrotara na eleição anterior, voltando a concorrer em 2012. Este episódio se soma a outros casos em que o PT abre mão de disputar em municípios onde aparentemente tinha chances efetivas de se inserir na disputa, mas não o faz para se coligar a outra força,

conforme apontado por Davidian (2010). Haveria ainda outros casos onde o partido não conta com bases eleitorais próprias e finalmente aceita se coordenar com partidos localmente fortes.

Nesse sentido, 2008 seria uma eleição atípica se considerado que a estratégia do PT havia sido até então a de lançar exaustivamente nas competições municipais. Se não atípica, mas sim um ponto de inflexão na estratégia do partido no estado, é algo que só a observação das próximas experiências irá dizer. Por fim, cabe reforçar que a leitura desses movimentos requer considerar a dinâmica mais ampla do partido e o cenário estadual conformado nas eleições de 1998, e quando o PT consegue pela primeira vez nas eleições para governador do estado despontar com chances de passar para o segundo turno. A eleição de 2004, de outro lado, irá suceder um momento “auge” do partido no estado, conforme será discutido no próximo capítulo, quando o partido experimenta seu melhor desempenho mas também seu teto no estado de São Paulo.

CAPÍTULO 3 – ELEIÇÕES PARA CÂMARA FEDERAL

O presente capítulo analisará a atuação do PT nas eleições proporcionais federais em São Paulo. Embora seja sobre esse pleito que repousem as críticas sobre o arranjo institucional brasileiro, são exíguos os trabalhos que se voltem para o tratamento que os partidos dão à lista aberta. A premissa que orienta os estudos sobre o tema explica esta ausência, pois o suposto é o de que os partidos importariam pouco nessa dimensão. A tônica nas eleições proporcionais seria dada pelo individualismo estimulado, justamente, pela lista aberta. Consequentemente, a seleção de candidatos enquanto atividade promovida pelo ator coletivo do partido é pouco explorada.

Em contraste, aqui essas eleições serão analisadas tendo como referência a organização partidária, considerando que o sucesso do partido será definido pelo desempenho do conjunto de nomes que é por ele lançado. Inicialmente serão tratados os resultados eleitorais do partido nas proporcionais, analisados na primeira subseção observando a dinâmica destas disputas em relação com os demais níveis. A segunda subseção tratará dos votos de legenda, dado tomado pela literatura como medida natural de um voto partidário, ao contrário dos votos nominais, assimilados ao individualismo das relações centradas nos candidatos. A análise dos votos nominais, objeto da terceira subseção, será feita com atenção à dinâmica espacial da organização como um todo, diferenciando-se assim deste viés. Na segunda parte do capítulo será observado o perfil das candidaturas selecionadas pelo partido do ponto de vista da trajetória de disputa por cargos eletivos, especialmente no nível local.

3.1. A lista aberta

Conforme discutido anteriormente, a tese do segredo ineficiente se baseia, entre outros elementos, nas deduções de que a influência dos eleitores na ordenação dos nomes na lista aberta se sobrepõe ao controle dos próprios partidos sobre as candidaturas individuais. Os candidatos manteriam deliberadamente vínculos frouxos com seus partidos, visando antes construir sua reputação pessoal do que cooperar para a sobrevivência da organização. Tanto seria assim que candidatos de um mesmo partido competiriam entre si nas eleições de lista aberta. O fato é que essas suposições a partir das regras eleitorais teriam obscurecido a dinâmica das eleições proporcionais e desencorajado o estudo das eleições proporcionais no Brasil, de modo que o funcionamento da lista aberta permaneceria sendo pouco compreendido pela literatura (Figueiredo e Limongi, 2002).

A limitação dos trabalhos voltados para a lista aberta é apontada também por Nicolau (2006), igualmente crítico ao corte dedutivo que predomina nesses estudos. Todavia, o autor defende que, das poucas pesquisas empíricas acerca dos efeitos destes mecanismos sobre os partidos, as melhores evidências produzidas até então reforçaram que as campanhas são centradas nos candidatos, ainda que isso não signifique que elas sejam somente centradas nos candidatos, segundo seu argumento. Uma série de outros elementos poderiam incidir na configuração dos partidos, incluindo a escolha de determinadas regras internas à organização, que deve produzir variações importantes na estrutura dos partidos, matizando os efeitos do sistema eleitoral. Exemplo disso seria o PT que, a despeito dos incentivos de um sistema centrado nas figuras individuais, desenvolveria mecanismos próprios de reforço da reputação partidária. De todo modo, o caso seria uma exceção e não a regra.

Assim como Nicolau, outros autores mobilizam o PT como contraexemplo para mitigar conclusões generalistas a respeito dos efeitos do sistema eleitoral. Samuels (1997) já havia salientado que os estudos tendem a manter constantes as características dos partidos quando analisam o impacto das regras eleitorais. Entendendo que frente ao arranjo institucional os políticos dispõem ainda de um elenco de estratégias possíveis, que podem ir do individualismo ao coletivismo, o autor buscará olhar para partidos e não para o sistema eleitoral em sua análise. Uma das justificativas oferecidas para tal abordagem é que, no Brasil, a opção pelo voto de legenda – sinônimo de voto partidário para autor, na

mesma medida em que o voto nominal sinalizaria apoio pessoal – abre a possibilidade de que uma estratégia coletiva seja construída pelos políticos. Mesmo com os incentivos de um sistema centrado no candidato, alguns partidos poderiam se opor à tendência geral e cultivar a imagem coletiva da organização. Exemplo disso seria o PT no Brasil, que teria privilegiado o voto de legenda como estratégia para institucionalizar a organização, sendo o único grande partido brasileiro a receber esses votos em proporções regulares e constantes, diferentemente dos demais “partidos de aluguel”, onde o individualismo predominaria como estratégia. Isso teria sido possibilitado, segundo o autor, por

[uma] série de regras internas que valorizam o partido para cada um de seus membros; [que] baseou suas campanhas no trabalho da militância; e porque durante seus primeiros dez anos evitou entrar em coligações eleitorais que poderiam prejudicar o desenvolvimento de sua legenda partidária (Samuels, 1997, versão online)

Ocorre que o PT, ao menos sob alguns aspectos, deixa de se constituir como uma exceção, conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho. Um deles diz respeito ao voto de legenda, que logo após 1994 deixa de ser significativo para o partido. Assim, os argumentos que seguem mitigando os juízos correntes sobre a lista aberta pautam-se menos pelo exemplo excepcional do PT, e problematizam as próprias suposições de que o individualismo seria a regra. Braga (2008), por exemplo, sugere como indício de que o sistema não seria totalmente permeável à empreitada individual dos políticos o fato das cotas máximas de lançamento não serem atingidas. Antes de se atribuir à falta de capital humano, isso se daria por escolha deliberada das organizações. Além dos partidos não lançarem tantos candidatos quanto a legislação permite, haveria também grande variação no tamanho das listas ofertadas. Por esses motivos, a autora propõe que a lista seja vista como produto da atuação deliberada do partido, que construiria estratégias no tocante ao número de candidatos que a compõem, alterando seu comportamento de uma eleição para outra de acordo com a conjuntura eleitoral.

Ao analisar a composição das listas partidárias em São Paulo, a autora argumenta ainda que os partidos, ao controlarem recursos vitais do fundo partidário e do tempo no horário gratuito no rádio e na TV, acabam praticando a ordenação informal da lista. As diferentes estruturas de distribuição de poder e os diferentes mecanismos organizativos, inclusive

de controle da competição intrapartidária⁸, revelariam o papel fundamental desempenhado pelos partidos enquanto operadores da representação política. Conforme Santos (1999) já havia apontado, são pouquíssimos os candidatos que se elegem contando apenas com seus votos devido ao alto quociente eleitoral⁹. Não haveria de se descartar de partida, portanto, os incentivos no sentido de um comportamento coletivo para reduzir as incertezas eleitorais dos candidatos em um sistema altamente competitivo como o brasileiro. Este processo passaria então por um ator coletivo, e as lideranças controlariam o processo de seleção de candidatos visando compor uma lista viável eleitoralmente.

Embora assuma as evidências de que em função do sistema eleitoral as eleições para o legislativo no Brasil tenderiam a uma dinâmica centrada nos candidatos, conforme dito acima, onde um partido como o PT se constituiria como uma exceção, Nicolau (2006) também tem como referência o partido para tratar da lista, levantando inclusive a hipótese de que tanto a dimensão territorial como a diversidade social dos candidatos seriam fatores fundamentais para os organizadores da lista.

As próximas seções se voltarão ao desempenho do PT nas eleições proporcionais, inicialmente em relação com os demais níveis de disputa, para depois analisar a dinâmica dos votos de legenda e das candidaturas individuais, considerando que a composição da lista passa pelo partido, antes com base nesses últimos argumentos do que pela consideração do partido ser ou não distinto em relação aos demais partidos.

⁸ Como exemplo da estrutura coordenada por macrorregiões do PSDB e do PT para evitar a canibalização entre dois candidatos competitivos disputando no mesmo reduto.

⁹ Em São Paulo, nas eleições de 2010, apenas três candidatos tiveram votação individual superior ao coeficiente eleitoral. Em 2006 foram cinco, novamente três em 2002, dois em 1998, e cinco em 1995.

3.1.1. Desempenho geral no estado

O quadro abaixo fornece o desempenho geral do PT em São Paulo, incluindo as eleições para governador, para construir um panorama mais completo do desempenho do partido no estado. Ainda que o recorte tenha início em 1994, vale resgatar brevemente como se sai o PT desde a primeira eleição que disputa no estado. Nas eleições inaugurais de 1989, São Paulo destoa do cenário nacional deixando Luís Inácio Lula da Silva como quarto colocado, atrás de Mário Covas e também de Paulo Maluf além de Collor. Lula havia sido candidato nas eleições majoritárias estaduais de 1982, quando o partido recém-formado recebe 1,1 milhão de votos. Nas eleições de 1986 para o governo estadual, quando disputa pela sigla Eduardo Suplicy, o partido passa a 1,5 milhões de votos; e nas seguintes a 1,7 com a candidatura de Plínio de Arruda, que mais tarde irá integrar o PSOL. Nas três ocasiões o partido fica em quarto nas disputas para governados. Em 1982 o PT elege seis deputados, com 1,1 milhões de votos, dos quais metade eram votos de legenda. Para a Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1986, o partido elege oito representantes em São Paulo. Na eleição seguinte, em 1990, a bancada petista passa a contar com dez parlamentares.

Tabela 9. Quadro geral do desempenho do PT em SP (1994-2010)

	1994		1998		2002		2006		2010	
Votos presidente (P)	4.205.530		4.688.677		9.106.914		8.091.867		8.740.949	
(P)/Total comparecimento	23%		24%		42%		34%		35%	
Votos governador (G)	2.085.193		3.738.750		6.361.747		6.771.582		8.016.866	
(G)/Total comparecimento	11%		19%		30%		29%		32%	
Votos deputado federal (DF)	2.203.648		2.992.121		4.931.435		3.869.122		4.234.699	
(DF)/Total comparecimento	12%		15%		23%		16%		17%	
Nominas Legenda (DF)	0,5	0,5	0,7	0,3	0,8	0,2	0,8	0,2	0,8	0,2
N Candidatos N Eleitos (DF)	48	14	45	14	59	18	59	14	62	15

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Nas eleições de 1994, quando tem início a análise, o PT já se constitui nacionalmente como a segunda força nas disputas presidenciais. São Paulo acompanha esse cenário, ainda que o PT tenha desvantagem um pouco maior no estado em relação ao seu oponente. Nesse sentido, a eleição de 2002 se mostra atípica. Considerando as três eleições seguintes, que reelegem o PT no governo federal, 2002 é o único ano em que o partido em uma eleição majoritária, e no caso apenas a presidencial, vence o PSDB no primeiro turno em São Paulo. No conjunto das disputas, essa é também a primeira e única eleição que o PT consegue chegar ao segundo turno no estado. Em 1998 a candidatura de Marta Suplicy chega bastante perto de disputar o segundo turno, o que já favorece que o partido seja uma candidatura viável na disputa majoritária seguinte, mas 2002 é o marco de quando o PT passa a disputar a hegemonia eleitoral do estado com o PSDB, tendo saído de cena o bloco encabeçado por Maluf.

Entre 1994 e 2010, a correlação média do desempenho do PT para presidente e governador, tendo como unidade os municípios, é de 0,88. Sendo duas eleições majoritárias que se passam concomitantemente, e dada a correspondência dos dois principais atores que a disputam no nível federal e no nível estadual, isso é esperado. De natureza distinta, as eleições proporcionais guardam suas particularidades. Mas, de todo modo, a dinâmica do PT para esse pleito parece convergir com os movimentos mais gerais do partido no estado quando se observa os dados da Tabela 9 sob alguns aspectos, por exemplo, o auge de desempenho alcançado em 2002, quando se elege o maior número de petistas para a bancada paulista. De maneira análoga, há um refluxo nas eleições seguintes, ainda mais pronunciado nas disputas para a Câmara Federal, nas quais o percentual do partido volta a se aproximar ao de 1998, e a bancada do partido volta ao tamanho das eleições anteriores à 2002.

Abaixo estão os valores das correlações entre o percentual de votos do partido para deputado federal com o de votos para presidente e para governador. A primeira linha informa os valores da correlação calculada com o percentual total de votos, ou seja, somando votos nominais e votos de legenda. As demais separam os dois tipos de voto, em todos os casos os percentuais foram calculados sobre o comparecimento total no município.

Tabela 10. Correlação Deputado Federal X Presidente

	1994	1998	2002	2006	2010
Nominais + legenda	0,71	0,63	0,60	0,59	0,51
Nominais	0,78	0,54	0,56	0,55	0,48
Legenda	0,53	0,73	0,63	0,61	0,50

Tabela 11. Correlação Deputado Federal X Governador

	1994	1998	2002	2006	2010
Nominais + legenda	0,85	0,77	0,76	0,72	0,61
Nominais	0,88	0,68	0,70	0,68	0,57
Legenda	0,68	0,84	0,72	0,71	0,61

A correlação dos votos para deputado é sempre mais baixa com os votos para presidente dado que este último pleito está sob influência de uma série de elementos externos à política estadual. Para as eleições a governador e deputado federal, cujo distrito coincide, é de se supor que os contextos se aproximem mais. Ademais, já em 1994 o PT representa a segunda força eleitoralmente viável na disputa presidencial, resultando em um afastamento do desempenho para este pleito. De todo modo, observa-se que ao longo do tempo ambas as correlações diminuem progressivamente, sugerindo o descolamento das eleições para deputado dos dois pleitos. Interessante notar, todavia, alguns pontos.

Quando calculada a correlação isolando votos nominais e votos de legenda, há uma inversão de padrão após 1994. Nesta eleição, na qual a distribuição ainda era equilibrada (54% de votos nominais contra 46% na legenda), comparativamente à votação total para deputado os votos nominais aparecem ainda mais associados aos votos tanto para presidente como para governador, ao contrário dos de legenda. Após essa eleição, quando os pesos se alteram significativamente com a diminuição dos votos de legenda (a relação se estabiliza em 80% e 20% nas eleições seguintes), a associação entre os votos para deputado e demais pleitos é mais forte para os votos de legenda do que para os nominais.

O fato é que as correlações entre os votos de deputado federal e governador, mais significativas do que as de presidente, vão perdendo a força ao longo das eleições, seja considerando os votos de legenda, seja considerando os votos nominais, que passam a ser a ampla maioria daqueles que o partido recebe já em 1998. Uma primeira consideração a

esse respeito é que, até 1998, o montante de votos do partido para ambos os pleitos era mais próximo. A partir daí, conforme já foi dito, as disputas para o executivo estadual configuram-se bipartidárias, tendo como segunda força o PT, e os votos do partido para governador crescem, totalizando quase sempre o dobro dos votos para deputado, exceto em 2002, quando também nas proporcionais o desempenho do partido é excepcional.

O desempenho do partido nas eleições para a Câmara, por sua vez, não acompanha o mesmo ritmo das eleições executivas, sendo que um dos motivos para isso já é dado pelo método proporcional que rege este pleito. Os dados da Tabela 11 revelam como o desempenho para deputado é mais descontínuo no tempo e heterogêneo no território, e os mapas apresentadas na sequência auxiliarão para que essas variações sejam lidas tendo como pano de fundo o componente espacial, que permite identificar contiguidades e sentidos para esses movimentos no território.

Tabela 12. Percentual de votos do PT por RA de SP para Deputado Federal

	(% votos comparecimento)				
	1994	1998	2002	2006	2010
Araçatuba	4%	5%	15%	11%	13%
Barretos	5%	20%	14%	10%	9%
Bauru	5%	7%	13%	9%	12%
Campinas	10%	13%	23%	15%	14%
Central	5%	8%	15%	12%	19%
Franca	9%	8%	19%	12%	11%
Grande São Paulo	16%	19%	26%	20%	21%
Marília	4%	6%	12%	9%	9%
Presidente Prudente	5%	4%	12%	10%	10%
Registro	6%	5%	13%	12%	13%
Ribeirão Preto	6%	24%	16%	11%	10%
Santos	18%	22%	32%	22%	14%
São José do Rio Preto	4%	5%	14%	7%	9%
São José dos Campos	8%	17%	22%	11%	15%
Sorocaba	8%	10%	21%	14%	13%
Estado de São Paulo	12%	15%	23%	16%	17%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Figura 6. Votação do PT em SP para Governador e Deputado Federal (1994-2010)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Os mapas de 1994 revelam o desempenho um pouco inferior para governador do que deputado federal. Para este último, o PT colhe na região da Grande São Paulo e de Santos percentuais acima da média total do estado. Observa-se que os mapas sobrepõem a concentração de municípios do núcleo da Grande São Paulo, se expandindo para as regiões vizinhas de Campinas e um pouco em São José dos Campos e Sorocaba, além da coincidência de municípios na região de Ribeirão Preto, Central e Franca.

Este eixo torna-se mais pronunciado nas eleições de 1998 para deputado federal, sendo que nestas regiões – Grande São Paulo, Campinas, Santos e São José dos Campos – agrupam-se alguns municípios onde o partido recebe mais de 30% dos votos para deputado federal. Destaca-se mais ao norte também Ribeirão Preto e Barretos. Quanto às disputas para governador, são essas as regiões de melhor desempenho do partido, exceto pela região de Barretos, embora note-se também que já há maior dispersão ao longo das regiões de municípios onde o PT ultrapassa os 15%.

O salto de 2002 fica claro, quando o partido se espalha por todo o mapa do estado, de modo que o crescimento nessa eleição parece se dar em dois sentidos: tanto pela intensificação dos votos no núcleo de origem, como pelo espraiamento ao longo de todo o estado. Para governador, apenas em uma minoria de municípios o partido fica abaixo dos 15%, notadamente da região de Registro. O percentual de votos para governador aumenta homogeneamente em todas as regiões, e conservam-se acima do desempenho geral no estado a RGSP, região de Campinas e Central. Para deputado federal destaca-se Santos ao invés da região Central. De todo modo, em todas as regiões visualizam-se focos de bom desempenho, ainda que permaneça se destacando o eixo que vai da Baixada Santista em direção ao noroeste do estado, coincidente para os dois pleitos. Há um destaque a ser feito, todavia: as regiões de Ribeirão Preto e Barretos são as únicas onde o percentual de votos para deputado diminui e não aumenta.

A variação entre 2002 e 2006 é menos drástica no pleito de governador, para o qual o partido chega não a perder em número absoluto de votos, mas sim a não crescer na razão que vinha crescendo anteriormente. Nas proporcionais, de outro lado, o encolhimento é mais pronunciado, e parece se dar de maneira homogênea nas regiões, com relativa conservação do eixo de onde o partido irradiou inicialmente. A RGSP, região de Santos e Campinas permanecem sendo redutos de melhor desempenho relativo do partido.

Em 2010 o desempenho para governador é intensificado novamente, com destaque para o litoral Sul, iniciando na RGSP e passando por Santos em direção a Registro, e também da região fronteira com Mato Grosso do Sul, notadamente Presidente Prudente e Araçatuba. Para deputado federal há também alguma melhora, que se espalha descontinuamente pelas regiões, sendo mantida a dispersão de municípios com desempenho superior.

Em síntese, o que se observa é o descolamento das eleições para deputado federal das demais, que se passa antes em relação à presidência e logo depois à governador, tendo como marco as eleições de 1998, ano em que o partido se viabiliza eleitoralmente no nível estadual. Nesse sentido, esse descolamento deve ser interpretado tendo em consideração a natureza diversa das disputas. Eleições majoritárias tendem a resumir o cenário a duas principais forças, conforme já demonstrado por Limongi e Cortez (2010). O mesmo não ocorre com as eleições proporcionais, onde se divide votos com mais partidos. Outro ponto a ser destacado diz respeito a esse descolamento coincidir com a diminuição substancial dos votos de legenda, o que será abordado a seguir.

3.1.2. Votos de legenda

Os votos de legenda até 1994 representavam 46% dos votos do PT para o legislativo. Considerando o que a literatura diz a esse respeito, a interpretação desses dados é que 1994 teria sido a última eleições onde o voto partidário foi significativo para o desempenho do PT para deputado, antes dos votos nominais, assimilados ao individualismo das relações centradas nos candidatos, tornarem-se predominantes. Estaria esse fato relacionado ao descolamento do desempenho nessas disputas das disputas majoritárias? Essa seção buscará fazer algumas considerações sobre isso.

Tabela 13. Votos de legenda do PT

(% dos votos de legenda sobre a votação total do PT em cada RA)

	1994	1998	2002	2006	2010
Araçatuba	39%	28%	17%	23%	21%
Barretos	34%	9%	17%	24%	20%
Bauru	43%	33%	21%	27%	19%
Campinas	47%	30%	15%	23%	22%
Central	47%	35%	20%	24%	15%
Franca	25%	24%	10%	19%	23%
Grande São Paulo	50%	36%	17%	24%	22%
Marília	42%	31%	21%	25%	23%
Presidente Prudente	29%	31%	20%	23%	26%
Registro	38%	24%	14%	21%	18%
Ribeirão Preto	42%	11%	19%	27%	30%
Santos	16%	17%	7%	15%	23%
São José do Rio Preto	30%	26%	18%	28%	23%
São José dos Campos	48%	23%	12%	26%	14%
Sorocaba	47%	28%	13%	18%	17%
Estado de São Paulo	46%	31%	16%	23%	21%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A Tabela 13 revela que a RGSP, já apontada como núcleo do partido, se manteve sempre um pouco acima da média geral no que diz respeito ao percentual que os votos de legenda representavam da votação total para deputado federal do PT.

Figura 7. Concentração¹⁰ dos votos de legenda para Deputado Federal do PT

¹⁰ A discussão mais detalhada a respeito da medida utilizada para ilustrar a concentração encontra-se no anexo metodológico.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A concentração dos votos de legenda na RGSP fica clara nos mapas. A diminuição do montante dos votos de legenda em 1998, quando estes passam a representar 30% da votação total do partido, se dá de maneira homogênea nas regiões.

A eleição de 2002, quando o partido alcança o melhor desempenho geral para deputado, corresponde também à eleição onde o percentual de votos de legenda é mais baixo, sendo um pouco retomado na eleição seguinte, quando o desempenho geral do partido piora. Para além do núcleo da RGSP, de maneira geral, não se verifica coincidência quanto às regiões de melhor desempenho do partido.

A região de Santos, por exemplo, onde o partido tende a ir melhor do que a sua média no estado, apresenta percentual de votos de legenda superior à média somente na eleição em que o desempenho total do partido (votos de legenda somados aos nominais) na região é pior. Ribeirão Preto e Barretos, outros exemplos onde o partido tem desempenho destacado em 1998, apresentam percentuais consideravelmente baixos em relação à média. Inversamente, regiões onde o partido tem mais votos de legenda comparativamente às demais não correspondem àquelas onde o desempenho do partido é melhor. Ou seja, os votos de legenda não necessariamente acompanham os “picos”

alcançados pelos candidatos. Este dado ainda é reforçado pelas correlações apresentadas anteriormente, onde se indica que a associação dos votos de legenda ao desempenho do partido nas majoritárias é mais forte do que para os votos nominais.

3.1.3. A regionalização pelos candidatos da lista

De um lado, portanto, a dinâmica das eleições para deputado federal se mostra cada vez menos atrelada à dinâmica mais geral do partido para os cargos executivos. De outro, os votos de legenda deixam de ser preponderantes, e as candidaturas individuais já a partir de 1994 passam a ser responsáveis pela ampla maioria dos votos do partido. Resulta de ambos os fatos que o desempenho do partido para as eleições de deputado federal é mais heterogêneo espacialmente. Tratando-se de eleições multinominais, cabe investigar a dinâmica das candidaturas individuais que acompanharam os movimentos de expansão e retração do partido no território.

Cheibub (2008) argumenta que um dos pontos a ser destacado sobre o sistema de lista aberta diz respeito à possibilidade de diferentes estratégias serem empreendidas pelos políticos, resultando em diferentes padrões de distribuição espacial dos votos. Candidatos podem apelar a uma base difusa, tendo votações dispersas pelo território, sendo mais dependentes do horário gratuito de propagando eleitoral do partido (HGPE), cujo acesso é controlado pelo partido (Schmitt et al., 1999). Braga e Amaral (2012) apontam que no momento de compor a lista partidária, o cálculo eleitoral dos partidos passa pela perspectiva de contar com candidatos de grande apelo junto ao eleitorado, cujo saldo de votação será suficiente para auxiliar na eleição de outros candidatos do partido ou da coligação. Segundo a classificação dos autores, puxadores de votos seriam aqueles cuja votação ultrapassa 50% do quociente eleitoral, dentre os quais se distinguiriam ainda os supercandidatos, com votação superior a 90% dos coeficiente eleitoral. Postos esses fatos, deduz-se que nem todos os candidatos dispõem igualmente de tempo na televisão, ou mesmo de outros recursos de campanha mais amplos, que o partido deve destinar aos candidatos com maior potencial eleitoral.

Restaria aos demais priorizar em sua campanha determinadas regiões do distrito eleitoral, que coloca custos elevados de competição dada a sua magnitude. Assim, considerando os

votos nominais, não se espera observar distribuições homogêneas, e tampouco distribuições aleatórias, já que elas devem refletir os esforços dos candidatos no território. Daí o aspecto geográfico ser relevante no tratamento da lista, segundo argumento de que a dimensão espacial das estratégias é decisiva para o êxito eleitoral dos partidos em distritos multinominais (Agnew, 1996; Terron, 2012). Nesse sentido, Nicolau coloca a hipótese de que os partidos devem buscar incorporar à lista nomes de diversas regiões do estado, assim como evitar a sobreposição de candidatos em uma mesma área, no intuito de aumentar sua abrangência no território e alcançar um número maior de eleitores, maximizando seus resultados e conquistando mais cadeiras.

A Tabela 14 abaixo informa o número de candidaturas lançadas e o número de candidaturas eleitas em cada região administrativa¹¹ do estado de São Paulo (RA). Estabeleceu-se como região de origem aquela à qual pertence o município onde o candidato se filiou ao partido, excetuando os casos para os quais não se teve informação do registro partidário (contidos na categoria NI). Ou seja, adotou-se inicialmente um critério externo às eleições propriamente ditas para vincular o candidato a determinada região do estado.

¹¹ Optou-se por utilizar essas regiões, pois, além da contiguidade territorial como base para os recortes, contemplam-se outros fatores como a distribuição dos centros urbanos e o fluxos de pessoas, serviços e informação, definindo tramas que, por serem empregadas na produção de políticas públicas, acabam reforçando padrões de coesão regional (Cazzolato, 2009).

Tabela 14. Candidatos lançados e candidatos eleitos do PT por RA de SP

	1994		1998		2002		2006		2010	
	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege	Lança	Elege
Araçatuba	-	-	-	-	2	-	2	-	1	-
Barretos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Bauru	3	-	1	-	1	-	1	-	1	-
Campinas	7	2	8	1	15	2	10	-	12	-
Central	1	-	1	-	1	-	-	-	1	1
Franca	1	-	-	-	3	-	1	-	1	-
Grande São Paulo	29	11	24	9	28	13	30	13	34	13
Marília	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Prudente	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Registro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeirão Preto	-	-	2	1	1	-	1	1	-	-
Santos	1	1	1	1	2	1	4	-	5	-
São José do Rio Preto	1	-	1	-	-	-	-	-	3	-
São José dos Campos	1	-	2	1	2	1	4	-	2	1
Sorocaba	1	-	1	1	1	1	3	-	2	-
N.I.	2	-	1	-	3	-	2	-	-	-
Total	48	14	45	14	59	18	59	14	62	15

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Observa-se que ao menos metade das candidaturas lançadas pelo partido, em todas as eleições, são oriundas da região da Grande São Paulo, a qual elege sempre, evidentemente, a ampla maioria de candidatos. Além dela, destaca-se maior presença de candidaturas da região de Campinas. Nas demais regiões, no que diz respeito ao destacamento de candidaturas para concorrer à Câmara Federal, o comportamento do partido é bastante descontínuo.

Até agora esses dados estão de acordo com a expectativa daquilo que foi descrito anteriormente. O lançamento mais intenso e regular de candidatos está associado a desempenhos eleitorais mais estáveis. Ademais, há outro elemento a ser considerado, que o tratamento dos dados até agora não permite visualizar. De partida, a concentração do partido na região da Grande São Paulo, e adjacências, sobretudo Campinas, não é aleatória. São essas as regiões que concentram parte significativa do eleitorado paulista.

A Tabela 15 informa o peso de cada RA para a votação do PT desde as eleições de 1994. A última coluna, por sua vez, informa o peso médio de cada região dentro do eleitorado paulista, considerando as cinco eleições da série, revelando a heterogeneidade do contingente eleitoral entre elas.

Tabela 15. Distribuição dos votos do PT por RA em SP

(% dos votos de cada RA no total de votos recebidos pelo PT – nominal + legenda)

	1994	1998	2002	2006	2010	%ESP
Araçatuba	1%	1%	1%	1%	1%	2%
Barretos	0%	1%	1%	1%	1%	1%
Bauru	1%	1%	2%	1%	2%	2%
Campinas	12%	12%	14%	13%	13%	14%
Central	1%	1%	2%	2%	3%	2%
Franca	1%	1%	1%	1%	1%	2%
Grande São Paulo	65%	60%	56%	60%	60%	49%
Marília	1%	1%	1%	1%	1%	2%
Presidente Prudente	1%	1%	1%	1%	1%	2%
Registro	0%	0%	0%	0%	0%	1%
Ribeirão Preto	1%	5%	2%	2%	2%	3%
Santos	6%	6%	6%	5%	3%	4%
São José do Rio Preto	1%	1%	2%	2%	2%	4%
São José dos Campos	3%	6%	5%	4%	5%	5%
Sorocaba	4%	4%	6%	5%	5%	6%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Conforme se observa, a região da Grande São Paulo sozinha contém metade do eleitorado paulista. Em segundo lugar vem a região de Campinas, com 14% do eleitorado. O restante do eleitorado se distribui nas outras 13 regiões, que contêm entre 6% e 1% dos eleitores do estado. Portanto, é dado que a RGSP tenderá a ser responsável pelo maior montante de votos de qualquer partido, restando às demais prover parcelas muito pequenas da votação total. Ainda assim, o que se observa para o PT é que o partido sempre tem a RGSP como fonte de seus votos em uma percentagem ainda maior do que a representada pela no estado, enquanto uma distribuição homogênea pressuporia que esses percentuais

fossem iguais. Ou seja, além do peso do eleitorado, pode-se dizer que o PT é ainda especialmente concentrado na RGSP.

Nas eleições de 1994, a lista já aparece bastante concentrada no núcleo da RGSP, de onde saem os dirigentes e demais figuras fortes que o partido elege, como Luiz Gushiken, Arlindo Chinaglia e José Genoíno. Este último, exercendo mandato de deputado federal desde 1982, é nesta eleição o principal “puxador de votos”, com a melhor votação do partido. Além dele, a ex-prefeita de Santos se constitui como uma supercandidata, cujos votos concentrados na Baixada Santista ultrapassam 90% do quociente eleitoral nessa eleição. Além dos dois, apresenta ótimos resultados Marta Suplicy, que nunca havia concorrido a cargo eletivo, e será na eleição seguinte candidata do partido ao governo estadual, além de futura prefeita eleita da capital paulista. Também aparece no topo da lista Celso Daniel, prefeito de Santo André, cujos votos aparecem concentrados nessa localidade.

Dos 14 eleitos, além dos já mencionados, o partido elege outros seis candidatos ligados à RGSP: Hélio Bicudo e Eduardo Sobrinho, reeleitos da legislatura anterior e que haviam integrado também a gestão de Luíza Erundina na capital; Ivan Valente e João Paulo Cunha, antes deputados estaduais, e este último também ex-vereador em Osasco. Elege-se também José Ramos, ex-prefeito de Diadema, e Jair Meneguelli, sindicalista de São Bernardo do Campo. Fora da RGSP, além de Telma de Souza, o partido elege dois candidatos, ambos oriundos de Campinas: José Machado, antes deputado estadual, e Eustáquio Zica, vereador de Campinas.

Em 1998, três puxadores de voto pertencem à RGSP. Além de José Genoíno, Aloízio Mercadante e José Dirceu alcançam votações altas, sendo que os dois primeiros ultrapassam 90% do quociente eleitoral. Fora os três dirigentes, o PT conta ainda com outros dois puxadores de voto: Antônio Palocci, de Ribeirão Preto – o que explica parte do destaque assumido pela região e seus entornos nesta eleição, conforme visualizado nos mapas apresentados anteriormente – e Telma de Souza novamente, ambos registrando votações concentradas em suas respectivas regiões. Fora da RGSP são eleitos ainda outros três candidatos além de Telma de Souza e Palocci: um em São José dos Campos, um em Sorocaba, e outro em Campinas. A isso se associa a redução da participação da RGSP nos votos do partido, que de 65% vai para 60%, conforme indicado na Tabela 15 anterior,

quando o partido elege candidatos ligados a outras cinco regiões além da RGSP nesta eleição.

A lista do partido, que contara com 45 nomes em 1998, passa a contar com 59 candidatos em 2002, dos quais são eleitos 13 na RGSP e outros quatro nas mesmas regiões onde elegera em 1998, exceto por Ribeirão Preto, dado que Palocci não se recandidata. Nesta eleição, são dez puxadores de votos, segundo o critério que classifica como tal quem ultrapassa 50% do quociente eleitoral. Ou seja, mais da metade da lista seria considerada puxador de voto, dos quais sete pertencem à RGSP, todos eles com votação relativamente dispersa no território – supercandidatos são três: José Dirceu, José Eduardo Cardozo, antes vereador da capital paulista, e Vicente de Paula Souza, sindicalista que disputada a prefeitura de São Bernardo do Campo pelo PT. Os únicos puxadores de voto com votação concentrada são Telma de Souza, eleita pela terceira vez por Santos, Ângela Guadagnin, e Iara Bernardi, da política local de São José dos Campos e Sorocaba, que haviam sido eleitas na legislatura anterior. Campinas, por sua vez, volta a eleger dois candidatos.

Dos 18 deputados da legislatura eleita em 2002, dois migram para o PSOL e 15 se recandidatam, dos quais sete conseguem se reeleger, todos oriundos RGSP. De maneira geral todas as candidaturas relançadas obtêm desempenhos inferiores a 2002 – Ângela Guadagnin, por exemplo, chega a ter sua votação reduzida em 75% – e de dez passam a ser três os puxadores de voto: João Paulo Cunha, Arlindo Chinaglia e Antônio Palocci, que quando volta a se candidatar passa a ser o único deputado eleito fora da RGSP, embora com votação menos concentrada na região de Ribeirão Preto, onde o candidato piora consideravelmente seu desempenho em relação à 1998. Nesta eleição nenhum dos candidatos ultrapassa 90% do quociente eleitoral.

Na eleição de 2010 o partido lança o maior número de candidaturas de toda a série. O esforço, todavia, não se converte em um aumento proporcional do número de cadeiras, e tampouco é suficiente para recuperar o patamar de votos alcançado em 2002. Se em 1994 o partido elege 14 deputados com 48 candidatos, em 2010 elege 15 deputados com uma lista de 62 nomes, dos quais 11 eram da legislatura eleita em 2006. Fora da RGSP elege-se apenas um candidato de São José dos Campos e outro da região Central. João Paulo Cunha e Arlindo Chinaglia, mais uma vez, classificam-se como puxadores de voto, com desempenho superior ao de 2006, além de Jilmar Tatto, Carlos Zarattini e Vicente Paulo da Silva, todos da RGSP e com votações relativamente dispersas no território.

Essas descrições, destacando os principais nomes da lista e tendo em consideração aspectos de espacialidade e concentração dos votos, deixa claro que o que confere estabilidade ao desempenho do partido, de onde saem regularmente candidatos com votações de peso garantindo as cadeiras do partido, é a RGSP. Além da RGSP, na região de Campinas o partido também conta com relativa estabilidade, embora a partir de 2002 a região não consiga eleger nenhum candidato. Assim, é necessário diferenciar entre esse núcleo e as demais regiões, cujas oscilações presume-se estarem associadas aos lançamentos de candidaturas nas regiões, oscilações estas que já estavam indicadas na seção anterior, para compreender as descontinuidades dos movimentos de expansão e retração do partido para além do núcleo original.

A região de Campinas, segunda mais importante, elege dois candidatos em 1994, José Machado, que vinha da legislatura anterior e que mais tarde irá se eleger prefeito de Piracicaba, segundo maior município da região. O segundo, Eustáquio Zica volta a se eleger em 2002, mas perde o mandato em 2006, o que o leva a tentar a prefeitura de Campinas e depois migrar para o PV. Durval Orlato, eleito em 2002, não se reelege em 2006, ainda que sua votação seja superior à que o elegera antes. O candidato segue tentando, até tornar-se vice-prefeito de Jundiaí em 2012, terceira maior cidade da região. Assim como Durval Orlato, Campinas garante sempre um plantel de candidatos, dos quais inclusive alguns se repetem ainda que não se elejam, de modo que o partido garanta um piso de votação na região.

Abaixo estão os mapas do candidato, onde é possível visualizar que sua concentração de votos nas respectivas eleições se mantém, sendo inclusive mais acentuada na eleição na qual não se elege.

Figura 8. Concentração¹² dos votos dos candidatos a deputado federal do PT

Figura 8.1. Durval Orlato 2002

Figura 8.2. Durval Orlato 2006

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Em Santos o PT sempre foi forte pela presença de Telma de Souza, eleita de 1998 a 2002 com votações fortemente concentradas na Baixada Santista. Filiada ao partido desde a fundação e ex-prefeita de Santos, Souza fora uma puxadora de votos até 2006, quando perde seu mandato. Nos intervalos a candidata se mantém disputando as eleições municipais em Santos, sempre sem sucesso, elegendo-se apenas vereadora em 2008, e depois deputada estadual em 2010.

Em 2006 quatro candidaturas são lançados na região, totalizando 187 mil votos, mas nenhuma delas se elege, nem mesmo Telma de Souza. Abaixo os mapas evidenciam a sobreposição da concentração de votos das candidatas em 2006, Telma de Souza com 90 mil votos e Mariângela Duarte com 63 mil, sendo a segunda mais votada na região, que mais tarde irá migrar para o PSB. Na eleição seguinte, em 2010, o partido tem seu pior desempenho em Santos, quando com cinco candidatos não consegue sequer retomar o desempenho que Telma alcançava sozinha já antes de 2002.

¹² Ver anexo metodológico.

Figura 8.3. Telma de Souza (2006)

Figura 8.4. Mariângela Duarte (2006)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Em São José dos Campos e Sorocaba parecem acontecer movimentos semelhantes. Na primeira região, o desempenho do partido é alavancado em 1998 com os 85 mil votos conquistados por Ângela Guadagnin, ex-candidata à prefeitura de São José dos Campos. Nessa eleição e na seguinte, as duas nas quais a candidata é eleita, há uma segunda candidatura na região, mas em nenhum dos casos ela pode ser considerada competitiva, pois não ultrapassa os 8 mil votos. Em 2006, Ângela Guadagnin, cuja votação é penalizada este ano, perde seu mandato. Mesmo com outros três candidatos na região o partido regride para antes do patamar de votação alcançado em 1998. O responsável pelo partido retomar seu desempenho na região em 2010 é Carlos José de Almeida, ex-deputado estadual e futuro prefeito de São José dos Campos, com seus 134 mil votos.

Figura 8.5. Ângela Guadagnin 1998

Figura 8.6. QL de Carlos José de Almeida 2010

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Em Sorocaba a principal figura é Iara Bernardi, que havia sido vereadora da cidade de Sorocaba desde 1983 – tendo alcançado, inclusive, a maior votação que uma mulher teve no partido este ano. Eleita em 1998 com 51 mil votos, a candidata se reeleger em 2002

com mais que o triplo de sua votação inicial, registrando a mesma concentração de votos. Em 2006, concorrendo com outros dois candidatos na região, dentre eles o então vice-prefeito de Votorantim Carlos Pivetta, com 40 mil votos, Iara Bernardi perde seu mandato, ainda que a região totalize certa de 130 mil votos este ano, o suficiente para eleger um candidato. A situação é análoga à do candidato de Campinas, pois mesmo com votação superior à que a elegera da primeira vez a candidata perde. Na eleição seguinte Iara Bernardi compete praticamente sozinha mais uma vez – Carlos Pivetta assume a prefeitura de Votorantim – mas não consegue se eleger novamente, embora se mantenham estáveis os percentuais do partido na região (exceto por 2002, destoando positivamente de todo o restante da série).

Figura 8.7. Iara Bernardi 2006

Figura 8.8. QL de Carlos Pivetta 2006

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Além destas cinco regiões, apenas em Bauru o partido tem candidato todos os anos. Em 1994 o PT lança três candidatos, e em contraste alcança o pior percentual de votos de todos os anos. Apenas um deles segue se candidatando, Roque José Ferreira, militante da fundação do partido, que em 2002 chega ao seu desempenho máximo com 14 mil votos, sendo que até então o candidato alcançava percentuais inferiores aos dos votos de legenda na região. Em 2006 Ferreira deixa de concorrer para se lançar a deputado estadual, sendo substituído pela ex-candidata à prefeitura de Bauru, cujo desempenho é ainda superior ao do candidato. Elegendo-se vice-prefeita de Bauru em 2008, Estela Almagro dá lugar novamente para Ferreira em 2010, que dessa vez se sai um pouco melhor, mas só terá sucesso posteriormente, quando se elege vereador em Bauru.

Figura 8.9. QL de Roque José Ferreira 2002

Figura 8.10. Estela Almagro 2006

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Em Ribeirão Preto o desempenho do PT está atrelado à Palocci, que em 1998 (125 mil votos, $G=0,82$) sai como candidato a deputado federal e conquista 125 mil votos, bastante concentrados da região e nas vizinha região de Franca. O candidato da eleição seguinte, um vereador de Ribeirão Preto, não consegue manter o desempenho alcançado pelo PT em 1998 na região, tampouco o consegue Palocci quando retorna em 2006, que cai de 98 mil para 24 mil votos na região, apresentando votação mais dispersa, conforme exibem os mapas.

Figura 8.11. Antônio Palocci 1998

Figura 8.12. QL de Antônio Palocci 2006

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Os votos de Palocci, como é possível observar, ultrapassam os limites da região e exibem concentração também nos municípios da região de Franca. A região conta com um

candidato¹³ forte apenas em 1994. Em 1998 esse espaço não é ocupado, de modo que os votos da região vão para Palocci. Em 2002 três candidatos são lançados, e entre eles o que se sai melhor é o vice-prefeito da cidade de Franca, Cassiano Pimentel, com 40 mil votos.

Figura 8.13. QL de Cassiano Pimentel 2002

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Ao outro lado de Ribeirão Preto, na região Central, até 1998 as candidaturas lançadas apresentam desempenho inexpressivo. Em 2002, assim como nas demais, melhora o percentual de votos do PT na região, que irá eleger em 2010 com 110 mil votos Newton Lima Neto, prefeito de São Carlos por duas gestões até ser eleito para a Câmara Federal¹⁴. O aumento progressivo dos votos do partido na região Central ao longo do tempo, que não se se quebra mesmo quando o partido não lança candidatura própria, parece ser então efeito da vizinhança com Ribeirão Preto, e também devido aos votos de legenda, que até 2006 predominam sobre os votos nominais.

¹³ Luís Cruz de Oliveira será candidato a prefeito de Franca pelo PV em 2000.

¹⁴ Newton Lima Neto fora também o vice de Marta Suplicy na chapa ao Governo Estadual do PT em 1998.

Figura 8.14. Newton Lima Neto 2010

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Nas demais regiões a presença do partido é ainda mais inconstante. Nos primeiros anos, em São José do Rio Preto, as candidaturas lançadas têm desempenho no patamar dos 10 mil votos. Em 2002, quando o partido não lança candidato na região, ele obtém o percentual mais alto de votos, assim como a concentração mais elevada. Pela distribuição de votos na região, observa-se que isso se atribui aos votos de José Dirceu. Na eleição seguinte, novamente sem candidato na região, a maior parte dos votos do PT em São José do Rio Preto se deve aos votos de legenda, o que se mantém na eleição de 2010, a despeito das três candidaturas lançadas.

Na região vizinha de Barretos o auge do desempenho do PT é 1998 e não 2002, quando o partido lança na região a única candidatura de toda a série, uma figura local bastante popular¹⁵, cujos mais de 30 mil votos são concentrados na região ($G=1,03$), conforme ilustra o mapa. Na ausência de candidato nas demais eleições, o total de votos obtidos pelo partido na região retorna ao patamar do início da série, e predominam os votos de legenda e nos candidatos mais fortes da RGSP.

¹⁵ Mussa Calil Neto é organizador das festas tradicionais da região, posteriormente eleito vice-prefeito de Barretos.

Figura 8.15. QL de Mussa Calil Neto 1994

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Na região de Araçatuba o partido colhia um de seus piores desempenhos no início da série. Dos votos que o partido recebeu na região, predominaram sempre os de legenda e nas lideranças do partido, José como Genoíno, José Dirceu e Arlindo Chignaglia. Em 2002 o PT lança candidatos pela primeira vez: o ex-candidato a prefeito da cidade de Araçatuba, Paulo César da Silva, e o ex-candidato a vice-prefeito de Auriflândia, Antônio Sardinha. Com isso o partido ultrapassa o limiar de 10% dos votos na região, que é mantido a despeito do encolhimento nas eleições subsequentes, quando as candidaturas lançadas na região – todas oriundas do cenário municipal – não alcançam desempenhos significativos.

Figura 8.16. QL de Paulo César da Silva 1994

Figura 11.17. QL de Antônio Sardinha 1994

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Em Marília apresentam-se candidaturas apenas em 1998, um vereador de Assis e outro de Tupã, cujos desempenhos não ultrapassam 10 mil votos cada. Em Presidente Prudente lança-se um candidato em 1994 e outro em 2006, e ambos ficam também no patamar dos 10 mil votos. A região de Registro não conta com nenhum lançamento no período. Nas

três regiões predominam os votos de legenda e nos candidatos da RGSP, exceto em Registro que tende a destinar seus votos às candidaturas da região vizinha de Santos.

3.2. A seleção de candidatos

A seleção de candidatos é apontada como atividade vital dos partidos políticos, responsável por diferenciá-los das demais organizações que possam buscar intervir nos resultados de uma eleição ou nas decisões de governo (Katz, 2001). No Brasil, esta atividade seria especialmente importante, uma vez que os partidos políticos detêm o monopólio sobre a representação política¹⁶. Os candidatos, enquanto intérpretes da mensagem do partido, constituem sua face pública durante as eleições – em diferentes graus de relevância, evidentemente, a depender da visibilidade do cargo. E, uma vez eleitos, serão eles os responsáveis pela atuação do partido no governo, e também por representar o seu eleitorado. Segue nessa linha o argumento de Braga e Praça (2007), de que os nomes escolhidos representarão a sigla não só na disputa eleitoral, mas também no exercício do mandato, o que terá efeitos para a coesão política da organização. Portanto, além de definir as alternativas disponíveis que irão vincular os eleitores ao processo político, a seleção de candidatos tem consequências sistêmicas, afetando o desempenho institucional do regime democrático como um todo.

Este é um dos aspectos mobilizados pela literatura organizacional, tendo em vista o argumento de que o fortalecimento da organização depende do controle dos dirigentes sobre os processos decisórios do partido. Sendo o recrutamento político uma das zonas de incerteza da atividade partidária, seria vital para garantir a estabilidade da organização que os dirigentes centralizassem o processo de seleção de candidaturas. Segundo Panebianco (2005), nos partidos fortemente institucionalizados a atividade política tenderia a se configurar como uma carreira, na qual se ingressa no partido nos níveis mais baixos para após um longo aprendizado subir-se degrau a degrau. Em contraste, em partidos pouco institucionalizados, as trajetórias seriam marcadas por maior

¹⁶ A legislação eleitoral prescreve as condições de elegibilidade, e dentre elas está a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, exercício pleno dos direitos políticos, requisitos etários, e filiação ao respectivo partido de, no mínimo, um ano. Países como Itália e Colômbia permitem que sejam apresentadas listas de candidatos sem vinculação partidária, desde que respaldada por um determinado número de assinaturas. Portugal e Alemanha permitem ainda o lançamento de candidaturas avulsas.

descontinuidade e carreiras rápidas onde é possível ingressar diretamente nos estágios mais altos da vida partidária.

Nessa mesma linha Marengo (2000) aborda o recrutamento tendo em vista que diferentes estruturas de carreira são possíveis no interior dos partidos, e que um dos aspectos a ser analisado na composição da lista diz respeito ao perfil dos candidatos e os impactos que isso produz na estrutura de poder da organização. Em determinados tipos de organização os indivíduos ingressariam na vida partidária nos níveis mais inferiores da hierarquia antes de alcançar uma cadeira parlamentar, em um longo percurso que funcionaria como uma escola política, onde ao ser socializado o aspirante se adaptaria às regras e às diretrizes da organização. Em contraste, padrões de recrutamento laterais tenderiam a valorizar atributos adquiridos fora das fronteiras da organização, como prestígio, posses e demais vínculos potencialmente eficazes para a arregimentação de apoios. Diferentes padrões de carreira política e diferentes perfis sociais estariam associados, inclusive, a diferenças de natureza ideológica entre os partidos (Marengo e Serna, 2007)

O PT, em especial, teria o processo de seleção de candidatos mais excludente, conforme apontado por Meneguello (2012), estabelecendo os critérios mais fortes de envolvimento no partido, como a filiação prévia de um ano, a contribuição financeira e a adesão formal ao “Compromisso Partidário do Candidato Petista”, documento criado pelo Diretório Nacional do PT onde é reforçado o pacto dos candidatos com o partido, tanto em relação à campanha quanto ao exercício de mandato. A escolha dos nomes teria início com as indicações nos diretórios municipais, passando pelos comitês eleitorais estaduais para então ser referendada nos Encontros onde votam os delegados eleitos nos PEDs.

3.2.1. Histórico de disputa dos candidatos do PT

Esta seção examinará o histórico de competição a cargos eletivos dos candidatos a deputado federal, tanto nas eleições gerais como nas eleições municipais. Estas últimas são especialmente importantes, dado que, conforme ficou sugerido na seção anterior, as candidaturas que despontam fora do núcleo do partido são sempre destacadas da política local.

A Tabela 16 indica, para cada eleição, quantos dos candidatos da lista competiram nas eleições anteriores pelo PT, assim como o tempo médio de filiação ao partido. Dos 45 candidatos de 1998, 18 haviam concorrido nas eleições de 1994, e 31 haviam sido candidato nas de 1996. Apenas 13 candidatos estão concorrendo pela primeira vez, considerando o recorte temporal do trabalho (1994-2012). Eleição a eleição aumenta o percentual de candidatos que concorrem a deputado federal tendo concorrido a algum cargo nas eleições gerais anteriores, variando de 40% a 60%. Este percentual é ainda maior considerando as disputas municipais. Já no início da série 70% dos nomes da lista havia disputado cargo nas eleições municipais dois anos antes, com variação nunca inferior a 60%. Ademais, ao passo em que a lista do partido aumenta, diminui o percentual de candidaturas que são lançadas sem ter concorrido anteriormente, chegando a 15% na última eleição.

Tabela 16. Histórico dos candidatos

	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	T médio filiação (anos)	N	T médio filiação (anos)	N	T médio filiação (anos)	N	T médio filiação (anos)	N	T médio filiação (anos)
Gerais	-		18	14	27	14	32	18	38	19
Municipais	-		31		35		39		42	
Sem histórico	-		13	8	13	8	10	11	9	11
Total	48	8	45	12	59	13	59	18	62	18

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Ou seja, predominam na lista candidatos com algum histórico de competição a cargos eletivos. Outro dado a ser observado é o tempo médio de filiação dos candidatos que, naturalmente, aumenta, e mesmo para os candidatos sem histórico de disputa eleitoral é consideravelmente alto¹⁷. Daí se infere que o partido não é permeável ao lançamento de

¹⁷ Para o PSDB, o tempo médio de filiação é de 3 anos em 1994, 6 em 1998, 8 em 2002, 8 em 2006 e 10 em 2010.

nomes recém ingressos na sigla, sem certo tempo de vinculação à organização. Sob esse ponto de vista, pela classificação de Duverger, o PT seria fortemente institucionalizado.

Todavia, o dado mais interessante a ser retido aqui, é que a grande maioria dos candidatos passa pelo cenário das eleições locais, o que corrobora a argumentação de Nicolau (2006) quando à importância da conexão com as redes municipais para os candidatos à Câmara de Deputados. Somado à descrição anterior do desempenho das candidaturas individuais, fica claro que o lançamento de candidaturas com algum relevo fora do núcleo do partido na RGSP passa pelo destacamento de figuras com algum capital político na política dos municípios.

CONCLUSÃO

O primeiro capítulo organizou a literatura sobre partidos políticos em torno de dois eixos principais: a matriz clássica, tratando os partidos enquanto organizações, e a abordagem neo-institucionalista, que tendeu a permear as interpretações predominantes sobre o sistema político brasileiro. Diferentes paradigmas teóricos, todavia, conduziram a diagnósticos semelhantes no que diz respeito às instituições partidárias estarem fadadas a serem organizações frágeis. O PT se sobressai nesse contexto como único grande partido que teria resistido aos inúmeros incentivos negativos do sistema político, ao menos até um dado momento de sua trajetória, o que se atribuiria às especificidades organizativas do partido.

Ao perceber a adaptação do partido ao jogo institucional, os elementos de distinção tendem a ser enfraquecidos, e o refluxo do interesse acadêmico sobre a capacidade organizativa dos partidos parece atingir também o PT – paradoxalmente, no momento em que o partido mais teria se massificado e se aproximado dos setores onde até então não tinha penetração. Critico a essa compreensão, o presente trabalho buscou abordar o partido em uma perspectiva como a proposta por Panebianco, no sentido de aceitar que elementos de mudança são processados junto a traços que persistem no perfil de organização do partido.

Buscou-se captar as movimentações da estrutura partidária no estado berço do PT, tendo como indicadores a evolução da base de filiados e o comportamento do partido nas disputas municipais em São Paulo. O que se mostrou foi um movimento no qual o partido avança em direção aos municípios onde até então sua entrada era mais difícil, buscando assim colonizar o ambiente eleitoral, nos termos de Panebianco. Tendo como marco a eleição de 2004, argumentou-se que esse movimento reflete processos deflagrados anteriormente de ampliação da máquina partidária e expansão da base do partido. Argumentou-se também que a capilarização não se reverte necessariamente em saldo eleitoral, mas nem por isso deixa de ser importante, tendo em vista a conexão que as eleições para o legislativo federal têm com a dinâmica local do partido no tocante ao destacamento de quadros políticos com bases locais.

Quanto à dinâmica das eleições proporcionais, foi apontado o descolamento em relação às eleições majoritárias e a concomitante queda dos votos de legenda do partido. Antes de entender isso como a simples “despartidarização”, buscou-se sugerir que esses movimentos correspondem à tentativa do PT extravasar as fronteiras do seu núcleo original e chegar nas regiões antes desabitadas pelo partido. O que o partido perde em votos de legenda ganha em votos nominais à medida que se constroem figuras locais que serão destacadas para competir nas eleições para o Legislativo. Esses esforços são descontínuos, e o que persiste a todos os movimentos de expansão e retração, garantindo a estabilidade eleitoral da organização, são as figuras fortes ligadas, sobretudo, ao núcleo original do PT.

ANEXOS

1. Apêndice metodológico

Como apontado em Avelino *et al.* (2011), os indicadores tradicionalmente utilizados para estes fins são problemáticos e devem ser substituídos por outros. Neste trabalho, serão utilizados dois indicadores que superam estas dificuldades, apresentados inicialmente neste trabalho e no trabalho de Silva e Davidian (2013). O primeiro é o Índice de Concentração Espacial (G). Este indicador avalia a concentração espacial do voto em todo o distrito. Seu objetivo é avaliar o grau em que os votos de determinado partido ou candidato está concentrado em todo o distrito. Sua fórmula é dada pela expressão:

$$G_i = \sum_i (P_{im} - P_m)^2, \quad (1)$$

em que P_{im} é o percentual de votos obtidos pelo partido i no município m e P_m é o percentual de votos do município m no total do estado. A partir da diferença entre a participação dos votos do partido em um município e a participação dos votos do município no total do estado, é possível detectar a dispersão relativa dos votos do partido. Assim, o índice G é uma medida de concentração bruta espacial dos votos do partido i . Como este indicador utiliza proporções, estas podem ser calculadas em diferentes níveis de agregação, e neste trabalho foram os municípios a unidade de análise.

Porém, o G não informa o nível de concentração de cada partido em cada município individualmente. Esta informação é relevante na medida em que fornece informações mais desagregadas sobre a votação em cada município, e é dada pelo Quociente Locacional (QL), conforme utilizado em Benavid-Val (1991). De maneira sintética, o QL pode ser definido como uma comparação entre as proporções de emprego de determinado setor de atividade em determinado nível regional com a que seria esperada pela participação desta região na força de trabalho total da área maior de análise, seja estado, seja nação. Este índice mostra então qual a importância relativa de cada região no setor analisado da economia, determinando se há empregados em número acima do esperado para o tamanho daquela cidade. Sua expressão é dada pela equação abaixo:

$$QL_{im} = \frac{V_{im}}{V_i} \bigg/ \frac{V_m}{V} \quad (2)$$

onde V_{im} é o total de votos do partido i no município m , $V_m = \sum_i V_{im}$, $V_i = \sum_m V_{im}$ e

$$V = \sum_m \sum_i V_{im}.$$

A rigor, para efeito dos cálculos das concentrações em cada um dos municípios, o QL é uma medida simples, por permitir que se infira diretamente qual a proporção de votos recebida pelo partido em cada município que está acima daquilo que seria esperado se a distribuição espacial da votação fosse homogênea em relação ao número de eleitores. O numerador mede a proporção de votos do partido em um dado município, e o denominador, a proporção de votos da cidade sobre o total do distrito. Assim, quando o QL é igual a 1 significa que o partido recebeu exatamente a quantidade de votos esperada naquele município se a distribuição de votos fosse homogênea, dado o número total de votos recebidos por ele; se igual a 2, o partido teria recebido duas vezes mais votos do que o esperado, e assim sucessivamente.

Esta informação nos permite comparar a votação de fato obtida em termos relativos por município com uma distribuição homogênea. Tem-se, assim, um contrafactual claro para este indicador. Por exemplo, se a alocação espacial dos votos dos partidos fosse homogeneamente distribuída, uma cidade com 1% do total de eleitores do estado deveria destinar 1% dos votos para todos os partidos em dada eleição. Neste caso, seria esperado que dos 10.000 votos recebidos por um partido qualquer, 100 votos ou 1%, sejam provenientes daquele município. Isto significaria um QL igual a 1. Caso o partido tenha recebido 250 votos naquela cidade, o QL indicará 2,5, já que ele recebeu 2,5 vezes o número de votos esperado em uma distribuição homogênea.

BIBLIOGRAFIA

AGNEW, John. (1996), "Mapping politics: how context counts in electoral geography". **Political Geography**, 15(2), 129-146.

ALDRICH, J. Herbert. (1995), **Why parties? The origin and transformation of political parties in America**. Chicago : The University of Chicago Press.

AMARAL, Oswaldo. (2011), "Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade". **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 1.

AMES, Barry. (1995), "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation". **American Journal of Political Science**. v. 39 n. 2.

_____. (2003) **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. (2011), "A concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações". **Dados** - Vol. 54 no 1.

BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. (2001), "Challenges to contemporary political parties". In: DIAMOND, Larry; GUNTHER, Richard (eds) **Political Parties and Democracy**. The Johns Hopkins University Press.

BENAVID-VAL, A. (1991), **Economy Composition Analysis. IN: Regional and Local Economic Analysis for Practitioners**. NY, Praeger, pp. 67-76.

BRAGA, Maria do Socorro. (2008), "Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo". **Opinião. Publica** [online], vol. 14, no. 2, pp. 454-485.

BRAGA, Maria do Socorro; PRAÇA, Sérgio. (2007), "Recrutamento partidário: Seleção de candidatos à Câmara paulistana". In: KINZO, Maria D'Alva G; BRAGA, Maria do Socorro (orgs) **Eleitores e Representação Partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas.

BRAGA, Maria do Socorro; SILVEIRA, Rodrigo R.; BORGES, Tiago. (2012), "Organización, territorio y sistema partidario: Difusión territorial de la organización de

los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil”. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 62.

BRAGA, Maria do Socorro; AMARAL, Oswaldo. (2013), “Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro”. **Revista de Sociologia e Política** v. 21, Nº 46: 33-43, junho.

CARREIRÃO, Yan de S.; KINZO, Maria D’Alva G. (2004), "Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989-2002)". **Dados**, vol.47, nº.1, Rio de Janeiro.

CAZZOLATO, Donizete. (2009), “Geografia, Território e Gestão - contribuição ao debate sobre a Regionalização do SUS” - apresentado no II Congresso Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia da Saúde - Geosaúde Uberlândia, MG.

CHEIBUB, José Antônio. (2008), “Political Reforms in Brazil: Diagnosis, Recent Proposals and a Suggestion”. In: LOVE, Joseph; WERNER, Baer (eds). **Brazil under Lula : economy, politics, and society under the Worker-President**. Palgrave Macmillan.

DAVIDIAN, Andreza. (2010), “Eleições em São Paulo: relacionando as esferas municipal e estadual”. Pesquisa de Iniciação Científica realizada. Processo FAPESP 2008/55554-2.

DOWNS, Anthony. (1957), **An Economic Theory of Democracy**. N. York: Harper and Row.

DUVERGER, Maurice. (1980), **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Zahar.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1999), **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. (2002), “Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária”. **Dados**, vol.45, nº.2, Rio de Janeiro.

FRENDREIS, J. P.; GIBSON, J. L.; VERTZ, L. L. 1990. "The Electoral Relevance of Local Party Organizations". **The American Political Science Review**, vol. 84, n°1, March.

GUARNIERI, Fernando. (2009), **A força dos "partidos fracos" - um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

_____. (2012), **Organização partidária e mobilização eleitoral no Brasil: o elo perdido**. Trabalho apresentado no VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.

HUNTER, Wendy. (2007), "The Normalization of an Anomaly: The Worker's Party in Brazil". **World Politics**, Vol, 59, N° 3, April 2007.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. (2007), "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006". **Latin American Politics & Society** Volume 49, Number 1.

KATZ, Richard. (2001), "The problem of candidate selection and models of party democracy". **Party Politics**, volume 7. No.3.

KATZ, Richard; KOLODNY, Robin. (1994), "Party organizations as an empty vessel: Parties in American Politics". In: KATZ, Richard; MAIR, Peter (eds) **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. London; Thousand Oaks.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. (1995), "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". **Party Politics** 1:1.

KECK, Margaret. (1991), **A Lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática.

KINZO, Maria D'Alva G. (2004), "Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19 n°. 54.

KIRCHHEIMER, Otto. (1990), “The Catch-all Party”. In: MAIR, Peter (eds) **West European Party System**. Oxford University Press.

LAMOUNIER, Bolívar. (2005), **Da Independência a Lula: Dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurim Editora.

LIMONGI, Fernando. (2003), “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico**, São Paulo, semestre 1, no. 55.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. (2010), “As eleições de 2010 e o quadro partidário”. **Novos Estudos CEBRAP**. Ed. 88.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. (1990), “Cleavage structures, party systems, and voter alignments”. In: MAIR, Peter (eds) **West European Party System**. Oxford University Press.

MADISON, James. (1781), “O tamanho e as diversidades da união como obstáculos às facções”. **O Federalista n. 10**.

MAINWARING, Scott. (1991), “Políticos, partidos e sistemas eleitorais: O Brasil numa perspectiva comparada”. **Novos Estudos CEBRAP**, n° 29.

MAIR, Peter. (1994), “Party organizations: from civil society to the state”. In: KATZ, Richard; MAIR, Peter (eds) **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. London; Thousand Oaks.

MARENCO, André. (2000), **Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARENCO, André; SERNA, Miguel (2007), “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais?” **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22 n°. 64.

MAYHEW, David. (1974), **Congress: The Electoral Connection**. New Haven, United States: Yale University Press.

MENEGUELLO, Raquel. (1989), **PT: A Formação de um Partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2012), “O impacto do PT no sistema partidário: alinhamentos, arranjos políticos e movimentação de elites em torno do eixo petista”. Trabalho apresentado no Workshop **The PT from Lula to Dilma: Explaining Change in the Brazilian Worker’s Party**. Oxford, Janeiro de 2012.

NICOLAU, Jairo. (2006), “O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil”. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 49, no 4, Rio de Janeiro.

_____. (2010), “Parties and Democracy in Brazil, 1985-2006: Moving toward Cartelization”. In: LAWSON, Kay; LANZARO, Jorge (orgs) **Political Parties and Democracy**. Santa Barbara: Praeger.

NICOLAU, Jairo; PEIXOTO, Vitor. (2007), **Uma Disputa em Três Tempos: Uma Análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006**. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da ANPOCS.

PANEBIANCO, Angelo. (2005), **Modelos de Partido - Organização e Poder nos partidos políticos**. São Paulo, Martins Fontes.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. (2003), “Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil”. **Dados**, vol.46, nº.4, Rio de Janeiro.

PRZEWORSKI, Adam. 1989. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras.

REIS, Fábio W. (2000), “Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro”. In: REIS, Fábio W. (org) **Mercado e Utopia**. São Paulo: Edusp.

RIBEIRO, Pedro Floriano. (2010), **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos: UFSCAR.

SAMUELS, David. (2004), “As Bases do Petismo”. **Opinião Pública**, Campinas. Vol X, nº 2, Outubro.

SANTOS, Fabiano. (1999), “Instituições Eleitorais e Desempenho do Presidencialismo no Brasil”. **Dados**, vol. 42, no 1, pp. 111-138.

SARTORI, Giovanni. (1982), **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UnB.

SCARROW, Susan. (1994), “The ‘paradox of enrollment’: Assessing the costs and benefits of party memberships”. **European Journal of Political Research**, Volume 25, Issue 1, January.

SCHMITTER, Philippe. (1992), “The consolidation of Democracy and Representation of Social Groups”. **American Behavioral Scientist**, vol. 35, Nos. 4-5, March/June.

SECCO, Lincoln. (2011), **A História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial.

SHUGART, Matthew. S.; CAREY, John M. (1992), **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. Cambridge, Cambridge University Press.

SCHMITT, Rogério; CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. (1999), “Estratégias de campanha no horário gratuito de propaganda eleitoral em eleições proporcionais”. **Dados**, vol.42, n°.2, Rio de Janeiro.

SILVA, G. P.; DAVIDIAN, A. (2013), “Identification of Areas of Vote Concentration: Evidences from Brazil”. **Brazilian Political Science Review**, v. 07.

SINGER, André. (2010), “A segunda alma do partido dos trabalhadores”. **Novos Estudos CEBRAP** n°.88.

SOUZA, M. C. Campello. (1990), **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega.

TERRON, Sônia. (2012) “Geografia Eleitoral em Foco”. **Em Debate**, Belo Horizonte, V.4, No.2, p.8-18.

VAN DYCK, Brandon. (2013), “Why Party Organization Still Matters”. Disponível em: http://scholar.harvard.edu/files/brandonvandyck/files/why_party_organization_still_matters_-_with_figures.pdf (acesso em setembro de 2013).

ZUCCO, Cesar. (2008), "The President's New Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections". **Journal of Latin American Studies**, n. 40.